



TRABALHADORES EXIGEM MUDANÇA DE RUMO!



A luta continua, também nas eleições anunciadas para 10 de Março, por uma vida digna, mais direitos e melhores salários e condições de trabalho. Em 2024, os trabalhadores da Administração Local continuarão a sofrer uma degradação do poder de compra, quando já se defrontam com enormes dificuldades para suportar o elevado custo de vida. **PÁGINAS 12 E 13**



IV Conferência Sindical do STAL

Unidade e determinação
na luta por melhores condições
de vida e de trabalho.

PÁGINAS 10 E 11



Dossier Carreiras

A luta pela recuperação
das carreiras e das
profissões.

PÁGINAS 14 E 15



«Abraço aos SIMAR»

Trabalhadores rejeitam
destruição de serviços
municipais de Loures e Odivelas.

PÁGINAS 16 E 17



Eleições para os Órgãos Nacionais e Regionais do STAL

O acto eleitoral, para o
quadriénio 2024-2027, é um
momento maior da vida
democrática do nosso
sindicato e constitui um forte
contributo para a unidade
e a coesão do STAL.

PÁGINAS 2 E 3

ELEIÇÕES STAL



**6 DEZ.
2023**

ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS NACIONAIS E REGIONAIS

O voto de cada um dá mais força à Luta que é de todos!

O acto eleitoral, para o quadriénio 2024-2027, é um momento maior da vida democrática do nosso sindicato e constitui um forte contributo para a unidade e a coesão do STAL, e para o reforço da luta pela melhoria das condições de vida e de trabalho.

Aos órgãos nacionais concorre uma lista proposta e apoiada pela Direcção Nacional (DN) cessante. A LISTA A, que se apresenta com o lema “Com os Trabalhadores, por melhores condições de vida e de trabalho. Reforçar o Poder Local Democrático e os Serviços Públicos!”

– assumindo assim o lema da 4.ª Conferência Sindical –, é o resultado de um largo entendimento político-sindical que permitiu a construção de uma lista conjunta unitária, que concretiza uma renovação sustentada dos quadros sindicais e reafirma o compromisso com a defesa dos direitos, interesses e valo-

rização dos trabalhadores, do Poder Local Democrático e dos Serviços Públicos.

Um compromisso que é indissociável do reforço da matriz sindical de classe, reivindicativa e de massas, do fortalecimento da unidade e da ligação aos trabalhadores por via do trabalho sindical permanente nos locais

de trabalho, da valorização da participação dos trabalhadores na procura de soluções para a resolução dos seus problemas. Também nas 22 Direcções Regionais que compõem o STAL há uma lista única concorrente, cujos Programas de Acção assumem as orientações e objectivos definidos pela candidatu-

ra à DN, reforçando a unidade e convergência na acção que continuará a marcar a intervenção do STAL.

LUTAR PELA VALORIZAÇÃO E DIGNIDADE DOS TRABALHADORES

Como se pode ler no Programa de Acção com que a LISTA A se



apresenta, “é o voto de cada associado(a) que nos legitima, mas será a força, a capacidade de organização e luta de todos que serão determinantes para enfrentarmos os tempos difíceis que vivemos, marcados pela profunda crise do capitalismo, com o perigoso agravamento dos conflitos e do militarismo, da brutal concentração da riqueza, do ataque aos direitos sociais e laborais, da destruição do meio-ambiente e da promoção/ascensão de forças de extrema-direita e dos seus projectos reaccionários e xenófobos”.

Em Portugal, onde os efeitos negativos da situação internacional fazem-se sentir duramente, o aprofundamento das desigualdades, a degradação dos Serviços Públicos e a significativa acumulação de lucros pelos grupos económicos é inseparável de décadas de política de direita e das opções do governo maioritário do PS, submetido às imposições de Bruxelas e aos grandes interesses, com o apoio do PSD, Chega e Iniciativa Liberal, como demonstram a manutenção das normas gravosas da legislação laboral e a celebração de ‘acordos’ que empobrecem quem trabalha, caminho que o governo não quer mudar, perpetuando assim o modelo de baixos salários, como evidencia o Orçamento do Estado para 2024. Neste contexto, a acção e a luta reivindicativas ganham ainda maior importância para a resolução dos problemas que estão há muito identificados e que continuam sem resposta: a desvalorização salarial e profissional; o agravamento da exploração e precariedade; e a deterioração das condições de trabalho. Uma intervenção que não se limita às questões de ordem sócio-profissional, pois aquilo que diz respeito ao Poder Local

e aos Serviços Públicos diz respeito aos seus trabalhadores, logo, também ao STAL.

ENCARAR O FUTURO COM DETERMINAÇÃO

Salientando a proximidade do cinquentenário da Revolução de Abril e os 49 anos do STAL, a LISTA A afirma que “é com determinação que encara o futuro, convicta de que o sindicato continuará a estar à altura da confiança que nele depositam milhares de trabalhadores e com ele mobilizam-se todos os dias na luta por uma vida digna”.

É com esse propósito que apresenta o Programa de Acção (disponível em www.stal.pt/eleicoes2023), que assume as propostas e reivindicações aprovadas na IV Conferência Sindical, de que se destacam: “a valorização dos salários em 15%, num mínimo de 150€ para todos os trabalhadores, com efeitos a partir de Janeiro, exigência que, no caso concreto dos trabalhadores da Administração Pública, massacrados por anos de perda real de salário, ganha ainda mais força; a fixação do salário mínimo na Administração Pública em 920€ a 1 de Janeiro, atingindo os 1000 € ainda em 2024; o direito à carreira e à profissão, e uma avaliação de desempenho justa e sem quotas; 35 horas para todos, sem perda de retribuição; a erradicação da precariedade; a melhoria das condições de trabalho, com mais segurança e saúde; a defesa da contratação colectiva; a defesa da ADSE pública e solidária; a concretização da regionalização e a defesa dos Serviços Públicos municipais; o fortalecimento do STAL, com a aposta na sindicalização, com mais delegados, comissões sindicais e representantes de SST em todos os locais de trabalho em que o STAL intervém.” ■

Urge resolver os problemas dos trabalhadores, do Povo e do País

O Orçamento do Estado para 2024 não garante, de novo, as soluções para os problemas dos trabalhadores, do Povo e do País, empurrando cada vez mais pessoas para o empobrecimento. É preciso uma política diferente, que aposte no aumento geral dos salários; promova pensões e reformas dignas; reforce os Serviços Públicos e o investimento no SNS, Educação e Justiça; assegure o direito à habitação; recupere o controlo público de sectores estratégicos; e garanta a água como um bem público. Será, pois, determinante que, nas eleições anunciadas para de 10 de Março, os trabalhadores rejeitem as políticas de direita e os partidos responsáveis pelo empobrecimento geral do Povo, exigindo um novo rumo para o País.

O Governo prefere uma ligeira redução do IRS para 2024, ao invés de promover uma nova política de rendimentos, opta por um ajuste fiscal temporário, com o recurso pontual a prestações sociais, opções políticas que resultam, em grande parte, do acordo de rendimentos de médio prazo assinado entre o governo PS, os patrões e a UGT, deixando muito claro que a real melhoria de rendimentos é, afinal, um aumento de lucros para o grande capital, enquanto os trabalhadores da Administração Pública continuam a ganhar, em média, cerca de metade do salário dos seus congéneres europeus.

A IV Conferência Sindical do STAL, que se realizou em Corroios, em 20 de Setembro, com a presença de quase 500 quadros sindicais, decorreu em ambiente de grande unidade e aprovou por unanimidade as prioridades da acção reivindicativa para os próximos anos, e uma Resolução que evidencia bem que há dinheiro, o que não há é vontade política para inverter esta política. E a aprovação do “Manifesto pela Paz” traduz a nossa condenação ao agravamento dos conflitos e à estratégia de confrontação do imperialismo. Perante os crimes na Faixa de Gaza é hora de intensificar os apelos à Paz e à solidariedade, condenando agressões que apenas justificam o avanço de colonatos e inviabilizam a existência do Estado da Palestina.

Os trabalhadores das autarquias e do sector empresarial local demonstraram o seu grande descontentamento e disponibilidade para a Luta na Greve de 27 de Outubro, paralisando autarquias, serviços municipais e empresas do sector em todo o País, e nas manifestações convocadas pela CGTP-IN no dia 11 de Novembro. Perante a revolta instalada, e depois de ter encerrado as negociações com os sindicatos, o governo PS viu-se obrigado a reagendar uma reunião, continuando a luta nos dias 21 e 29 de Novembro.

No dia 6 de Dezembro realizam-se as eleições do STAL para um novo mandato de quatro anos. Os associados têm o direito e o dever de fazer escolhas e assumir compromissos sobre o nosso futuro, transmitindo confiança aos trabalhadores, seus colegas, que assumem dar o melhor de si na defesa de interesses de todos nós. ■

“
É com determinação que a Lista A encara o futuro, convicta de que o sindicato continuará a estar à altura da confiança que nele depositam milhares de trabalhadores e com ele mobilizam-se todos os dias na luta por uma vida digna

JOSÉ TORRES
JURISTA

DIREITO À PROGRESSÃO

Aplicar a lei com o devido sentido de justiça

Incentivam-se os trabalhadores a procurarem o apoio das estruturas do STAL, para a correcta aferição da respectiva situação profissional e consequente reconhecimento dos seus direitos.

A alteração da progressão representa um direito que aos trabalhadores tem de ser reconhecido, mas não apenas obrigatoriamente quando detiverem pelo menos 10 pontos, adquiridos nas avaliações de desempenho, como determina o art.º 156.º da LTFP.

É que esse artigo, e os seguintes, também prevêem uma evolução mais rápida, mediante opção gestionária que, dependendo da vontade política da autarquia, pode ser atribuída a quem detiver um Excelente, ou, consecutivamente, dois Relevantes ou três Adequados. Mas a progressão também é obrigatoriamente devida aos trabalhadores da categoria de Assistente Operacional, que possuam a antiguidade fixada no art.º 11.º do Decreto-lei (DL) 84-F/2022,



sem perda da pontuação que detiverem. Por outro lado, o DL 75/2023 determina que os trabalhadores, detentores de seis pontos, no mínimo, e com pelo menos 18 ou mais anos de exercício de funções (contados até 30 de Agosto passado, abrangendo os períodos de 30 de Agosto de 2005 a 31 de Dezembro de 2007, e 1 de Janeiro de 2011 a 31 de

Dezembro de 2017) têm direito a progredirem no próximo dia 1 de Janeiro, ou na mesma data de anos seguintes em que adquirirem essa pontuação. Importa fazer bem a destriça destas situações, porquanto: – O DL 84-F/2022 abrange apenas trabalhadores com a categoria de Assistente Operacional, com determinada antiguidade, sem nenhuma

restrição da pontuação obtida, que, aliás, garante expressamente; – O DL 75/2023 abrange os trabalhadores de qualquer carreira/categoria e caso preencham os mencionados requisitos. Exemplificando, ao abrigo dos referidos diplomas, um Assistente Operacional que detenha 30 anos de

antiguidade, e o mínimo de seis pontos, tem direito a progredir, obrigatoriamente, em 1 de Janeiro próximo, por força dessa antiguidade, e ainda a outra progressão, na mesma data, por força daquela pontuação. Noutra exemplo, ao abrigo do DL 75/2023, um Técnico Superior que, anteriormente, foi Assistente Técnico, se detiver os referidos seis pontos, no mínimo, e preencher os mencionados requisitos, tem direito à respectiva progressão, pesem embora as diferentes carreiras em causa.

É esta distinção que aqui sublinhamos, para que se apliquem com a correcção e justiça devidas. Quanto à relevância do serviço prestado em qualquer das carreiras/categorias que transitaram para Assistente Operacional, e do serviço prestado como contratados, nomeadamente dos abrangidos pelos processos de regularização, remetemos para a leitura dos documentos emitidos pelo STAL, especialmente para o último «Boletim de Ideias e Estudos»¹, para que a lei se interprete e aplique com o sentido de justiça que aos trabalhadores é devida.

¹ «Boletim-Ideias e Estudos n.º 4» disponível em <https://www.stal.pt/index.php/juridico/stal-ideias-e-estudos.html>

CONTRA O BLOQUEIO DAS RECLASSIFICAÇÕES NO GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

Intensifica-se a luta dos trabalhadores

É inaceitável a situação de impasse e de constante adiamento do processo de reclassificação e do enquadramento salarial dos trabalhadores por parte do Ministério das Finanças/Secretaria de Estado do Tesouro.

■ Do Acordo Colectivo de Trabalho, concluído em 2018 (mas nunca implementado na globalidade), resultou que os trabalhadores teriam de ser integrados nas carreiras correspondentes às funções desempenhadas aquando da entrada em vigor do ACT, em 1 de Janeiro de 2019, data em que um número significativo adquiriu o direito à integração definida, com a correspon-

dente valorização remuneratória. Passados estes anos, os trabalhadores continuam a aguardar pela efectivação destes enquadramentos/reclassificações, que, todavia, estão dependentes (para cerca de 800 trabalhadores) de despacho autónomo da Secretaria de Estado do Tesouro, o que o STAL considera estar em clara violação da lei e do direito à contratação colectiva.



Além da vontade política, nada impede a implementação do acordado entre trabalhadores e as empresas do Grupo AdP, que, nos últimos sete anos, teve lucros de cerca de 700 milhões de euros, valor mais do que suficiente para proceder às reclassificações, e continuar a contribuir para o Orçamento do Estado. Procurando resolver com urgência esta situação, no dia 7 de Novembro, dirigentes do STAL e da FIEQUIMETAL entregaram, no Ministério das Finanças, uma Carta Aberta em que se exige o desbloqueio dos despachos que possibilitam as reclassificações, reafirmando, caso se mantenha esta situação, a disponibilidade para adoptar as acções de luta, adequadas a garantir o cumprimento da lei e o interesse dos trabalhadores. ■

LIBERDADE SINDICAL

Todos dizem gostar, mas poucos praticam

A liberdade sindical é uma liberdade fundamental, e o direito à greve também, sem os quais não há democracia.

LUÍS CORCEIRO
ADVOGADO

Com o direito de reunião, de livre expressão e de manifestação, também a liberdade sindical e o direito à greve pertencem ao núcleo restrito dos direitos de liberdade que se exercem por si, sem peias, nem meias-tintas. Todos eles são o pilar indelével e incontornável da nossa Democracia.

Já todos notámos que a palavra *democracia* e o conceito de *país democrático* têm andado pelas bocas do Mundo, as mais das vezes ditas por bocas imundas e insalubres, branqueando regimes autocráticos e práticas repressivas. Para as conjurar há, entre outros, o fatídico teste do algodão que consiste em saber onde é que se pratica a liberdade sindical e onde é que se exerce o direito à greve sem mas nem meio mas.

Notem que quando os de cima, políticos, afilhados, patrões e seus serviçais, falam de greve metem sempre a malfadada gravação de que se trata de um direito, como se nós não soubéssemos tudo isso à saciedade, sem que eles tivessem que piar vacuidades. Como se os direitos à greve e da liberdade sindical não se exercessem sempre contra os poderes e a autoridade. Tais direitos de Liberdade são



intrínseca e genuinamente, por excelência mesmo, antiautoritários e antiautocráticos, e não precisam que ninguém de cima venha revelar aos grevistas o segredo de polichinelo.

NÃO HÁ GREVES COM "MAS..."

Verdadeiro desaforo acontece na frase seguinte, quando os tais de cima, logo a seguir à palavra greve, disparam a mágica palavra MAS... Tão pequena, mas também tão demolidora do direito e tão reveladora dos tiques autocráticos e das práticas repressivas dos de cima.

A greve não tem mas, nem meio mas. Está sujeita a regras de convocação e de realização, e não ao arbítrio do poder, porque se exerce contra o poder arbitrário, contra imposições, injustiças, alienações, exploração, tratamentos inumanos.

Quem faz greve não discute o direito a ela. Reclama, reivindica, quer direitos substantivos para a melhoria das condições de trabalho e de vida. Já quem comenta a greve pouco ou nada sabe dela, nunca a viveu e nada diz sobre as injustiças laborais e atropelos aos direitos dos trabalhadores, e, por isso, refugia-se no lugar-comum: "...pois, a greve é um direito!" Que chatice!

LIBERTAR A LIBERDADE SINDICAL

Se isto é mais evidente com a greve, quando passa na TV, já é menos flagrante com a liberdade sindical, por acontecer à porta fechada, no reduto do patrão, e muitas vezes paredes-meias com medidas repressivas.

É nesse silêncio que os plenários dos trabalhadores são boicotados e entravados, que os delegados sindicais, membros da CT e

dirigentes sindicais são por vezes impedidos de circular, agir, falar, agitar, convocar, afixar e distribuir informação relevante. À prática passada e reprovada de os patrões organizarem ou manipularem a criação de sindicatos seguiu-se a moda, ainda praticada, de fingir que a empresa zela tanto e tão bem pelos interesses dos outros, e está tão empenhada em prejudicar-se a si própria, que tudo faz para que não haja sindicato nem representantes dos trabalhadores no seu seio, e, quando já nem isso conseguem impedir, tentam comprar e ludibriar uns tantos desprevenidos para servirem de juguete contra os trabalhadores desorganizados.

Acontece que este fenómeno está hoje instalado em autarquias, serviços e empresas municipais, com os respectivos presidentes e demais edis a afasta-

rem, ignorarem, discriminarem o sindicato e os seus representantes como se fossem um empecilho à sua governação, escolhendo os interlocutores mais dóceis e domáveis, negociando e conversando com quem escolhem e não com quem devem obrigatoriamente dialogar.

Há autarcas que se comportam como patrões no pior dos sentidos, quais guardiões dos direitos e dos interesses dos trabalhadores, fazendo de sindicalistas de papel e tripudiando e minando a democracia que construímos vai para 50 anos.

TRÊS LIÇÕES

Para acabar com tais "quistos" e excrescências, precisamos de praticar umas lições. A 1.ª é que na sociedade política e económica pode haver os tais de cima que calcam os de baixo, mas nas empresas, nas autarquias, nos postos de trabalho são os trabalhadores que se têm de afirmar e qualificar como os de cima.

Altaneiros são os trabalhadores. Só eles criam a riqueza nacional. Se a essa realidade juntarem excelência no cumprimento dos deveres laborais ficam a meio caminho de ombrearem com os de cima, porque estes sem eles não são nada e deles dependem. A 2.ª lição é que, para enfrentar o silenciamento da liberdade sindical é preciso neutralizar o silêncio, gritar e denunciar sem medo as práticas repressivas e autoritárias, usando-se o direito à liberdade de expressão.

A 3.ª lição é que só um Sindicato forte, actuante, mobilizador e persuasivo pode, a uma só voz e sem cedências, mostrar aos autarcas o seu lugar institucional e revelar-lhes o papel insubstituível do STAL na vida democrática em sociedade.

O exercício do direito à greve e a fruição da liberdade de acção sindical são um hino à Democracia. E é de democracia que temos fome. ■



GREVE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM 27 DE OUTUBRO E MANIFESTAÇÃO DA CGTP EM 11 DE NOVEMBRO

Intensifica-se a luta pelos aumentos dos salários e contra o custo de vida

Otubro e Novembro ficaram marcados por duas grandes jornadas de luta contra as políticas de direita adoptadas por sucessivos governos, nomeadamente por este do PS, que têm conduzido ao empobrecimento da população em geral, e em particular dos trabalhadores, pensionistas/reformados e suas famílias.

O combate contra o empobrecimento dos trabalhadores, pensionistas/reformados e, de forma geral, da população, prossegue, apesar da demissão de António Costa e da dissolução do Parlamento, porque os problemas e as soluções não podem continuar a ser ignorados e adiados.

A luta prosseguirá, já nos dias 21 e 29 Novembro, apesar da demissão de António Costa e da dissolução da Assembleia da República, porque os problemas não desaparecem “por magia”,

com demissões e dissoluções, e só desaparecerão quando acabar a política que está na sua origem. Em 27 de Outubro, os trabalhadores das autarquias e das empresas concessionadas deram

um forte contributo para a grande Greve Nacional da Administração Pública, dizendo “Basta!” ao empobrecimento de quem vive do seu salário ou da sua pensão, cada vez mais insufi-

cientes para fazer face ao brutal aumento do custo de vida. A maior paralisação do sector nos últimos anos foi um sinal claro do profundo descontentamento e do sentimento de revolta



No dia 11 de Novembro, as ruas de Lisboa e do Porto encheram-se de milhares de trabalhadores e pensionistas/reformados...



dos trabalhadores da Administração Pública, com destaque para os da Administração Local, assim como da unidade e determinação dos trabalhadores em prosseguir a luta para reverter as políticas de direita que o governo PS insiste em aplicar (com a conivência do PSD/CDS, IL e CH) e exigir mais direitos, melhores salários e condições de trabalho, exigências que constam da «Proposta Reivindicativa Comum» para 2024, que a Frente Comum apresentou ao Governo.

Já no dia 11 de Novembro, em Lisboa e no Porto, milhares de trabalhadores de todos os sectores de actividade, com destaque para os da Administração Local, fizeram ouvir a sua voz

contra a degradação das condições de vida e de trabalho.

É URGENTE MUDAR DE RUMO

O actual contexto económico, social e político é desafiante e exigente, mas os problemas dos trabalhadores e pensionistas da Administração Pública não podem continuar a ser ignorados e adiados.

O País precisa de mudar de rumo e rejeitar as políticas de di-

reita adoptadas pelos sucessivos governos, nomeadamente por este do PS. E a forte mobilização e participação nas manifestações promovidas pela CGTP-IN, em Lisboa e no Porto, são um sinal claro do profundo descontentamento generalizado face à difícil situação económica e social que se vive, devido ao elevado custo de vida.

O aumento geral dos salários assume absoluta necessidade, e ganha ainda maior força, e ca-

A maior greve da Administração Pública nos últimos anos conduziu ao encerramento ou criou fortes constrangimentos em muitos serviços centrais e municipais. Os trabalhadores disseram “Basta!” de empobrecimento.

rácter de urgência, a justa reivindicação dos trabalhadores de um aumento significativo dos salários, que a todos seja garantido uma vida digna, combatida a injustiça fiscal e assegurado, entre outros, o direito à Educação, à Saúde e à Habitação!

É possível uma política alternativa que distribua a riqueza de forma justa e que respeite e valorize o trabalho e os trabalhadores! Um outro rumo é possível, necessário e urgente! ■



... para exigir um novo rumo para o País e rejeitar as políticas de direita adoptadas pelos sucessivos governos do PS e PSD/CDS

EM LUTA: SAÚDE E HABITAÇÃO

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

Uma luta de todos e para todos

O STAL marcou forte presença nas acções da “Jornada Nacional de Defesa e Reforço do SNS”, reafirmando que o SNS é a garantia do acesso universal e gratuito aos cuidados de Saúde, independentemente das condições económicas e sociais de cada um.

Em 16 de Setembro, em mais de 20 acções públicas por todo o País – entre manifestações, concentrações, tribunas públicas e desfiles –, milhares de utentes e trabalhadores saíram à rua para defender o Serviço Nacional de Saúde (SNS), protestando contra a política de desinvestimento do governo PS relativamente às políticas para este sector e contra o ataque desenvolvido pelos que vêem na doença uma fonte de negócio e lucros.

Nesta grande jornada de luta por um SNS público, universal e gratuito participaram trabalhadores, profissionais de Saúde e população em geral, em prol da defesa deste importante direito de Abril, consagrado na nossa Constituição, mas que se encontra sob intenso ataque, fruto de décadas de políticas de direita, que o actual governo do PS aprofunda, ou não fosse dos governos que menos investe em saúde por habitante – menos 26% que a média da União Europeia, sendo que 28,6% das des-



pesas de saúde em Portugal é assumida pelos utentes, dos quais 1,6 milhões não têm Médico de Família –, com a agravante de quase metade dos 14 mil milhões de euros que constam do Orçamento do Estado para a

Saúde, em 2024, irem para os grandes grupos privados.

Na sua intervenção, na concentração em Lisboa, Isabel Camarinha (Secretária-Geral da CGTP-IN) sublinhou que, “mesmo debaixo desta ofensiva, o SNS continua

a ser fonte de progresso social e a resposta que não vira as costas à população, como sucedeu com a Covid-19”, frisando que se trata de “uma resposta que só é possível pela ligação dos profissionais de Saúde aos seus

utentes e pela apropriação que o povo faz desta conquista e deste direito, que é nosso e não pode ser subordinado à lógica do lucro e do mercado”.

ADSE: BENEFICIÁRIOS EXIGEM REDUÇÃO DE DESCONTOS

Também na ADSE, a luta pela redução das contribuições mobilizou, em 20 de Junho, centenas de beneficiários, numa concentração promovido pela Frente Comum em frente da sede da ADSE, em Lisboa, em defesa da reversão dos descontos de 3,5% para 1,5%, em 12 meses, e não em 14 como actualmente.

Apesar dos saldos da ADSE serem superiores a 1000 milhões de euros, os beneficiários passaram, desde Março, a “arcar” com o aumento dos valores das consultas e outros actos médicos, que podia e devia ser acomodado totalmente nas receitas da ADSE. O STAL defende que os direitos dos trabalhadores das autarquias – no processo de transferência dos encargos de saúde suportados pelos municípios para a ADSE – devem ser acautelados, exigindo que o reembolso das despesas continue a ser efectuada pelas autarquias. ■

DRAMA SOCIAL MOBILIZA MILHARES DE PESSOAS POR TODO O PAÍS

Habitar é um direito!

Em Setembro e Outubro, várias cidades voltaram a receber manifestações para exigir rendas mais baixas e o direito à habitação digna, com as pessoas a terem de escolher entre pagar a renda ou comer.

■ Em 30 de Setembro e 21 de Outubro, milhares de pessoas saíram à rua, em mais de duas dezenas de cidades, de Norte a Sul do País, para protestar contra as políticas de habitação do governo PS, exigindo que sejam adoptadas medidas que evitem a subida de preços das casas e das rendas.

“Habitar é um direito, com Moe-

das nada feito”, “Querido, não tenho casa” ou “Fartos de escolher entre pagar a renda ou comer” foram algumas das palavras de ordem ouvidas nos desfiles de quem sofre “na pele” o drama da habitação, um dos principais problemas que afectam os portugueses e agrava as suas condições de vida, e os trabalhadores e pensionistas da

Administração Pública – e em particular os da Administração Local – sentem-no de forma grave, dado os seus baixos salários e pensões.

As plataformas cívicas que promoveram estas iniciativas frisam que Portugal tem um “baixíssimo” índice de construção de habitação social, menos de 2% (valor que compara com os 30%



da Holanda), pelo que exigem ao Governo medidas concretas para baixar as rendas e os créditos, e acabar com os despejos.

Trata-se de um drama social de grande dimensão, que afecta cada vez mais pessoas, face ao brutal aumento das prestações e das rendas, obrigando-as “a escolher entre pagar a renda ou comer”. Isto, enquanto a banca acumula 11 milhões de euros de lucros... por dia!

Os bancos portugueses são, aliás, dos que mais ganham na Europa com o aumento das taxas de juro, sendo inclusivamente aqueles em que a margem financeira (a diferença entre os juros cobrados nos empréstimos e os juros pagos nos depósitos) mais subiu no 1.º semestre do ano, cerca de 45%. ■



CARREIRAS DE INFORMÁTICA

Trabalhadores rejeitam retrocesso proposto pelo Governo

É urgente continuar a combater a política de desvalorização das carreiras e de não salvaguarda do Serviço Público, que conduzirá à implosão de mais uma carreira da Administração Pública.

Decorreu no passado trimestre a negociação entre os sindicatos e a Secretaria de Estado da Administração Pública para a revisão da Carreira de Informática, processo que, à semelhança dos anteriores, não correspondeu às expectativas que os trabalhadores desta carreira tinham e que aguardavam há mais de uma década. Assim, o governo PS insiste numa política de desvalorização das carreiras e de não salvaguarda do Serviço Público, levando à implosão de mais uma carreira na Administração Pública, da mesma forma como aconteceu, por exemplo, com a carreira dos Fiscais Municipais. Desta forma, a carreira de Infor-

mática divide-se em duas: a Especialista de Sistemas e Tecnologia de Informação e a carreira de Técnico de Sistemas e Tecnologias de Informação.

Deste modo, são abrangidos os

trabalhadores que se encontram nas antigas carreiras, à excepção dos Técnicos de Informática Adjuntos, que ficarão, de forma inadmissível, estagnados numa carreira subsistente e sem

a possibilidade de progressão nessa mesma carreira.

Com esta revisão, os trabalhadores destas carreiras não conseguem ter a devida e justa valorização, que permitiria acom-

EXIGÊNCIAS DOS TRABALHADORES

O STAL, a FNSTFPS e o STML reafirmam a disponibilidade para continuar a lutar, entre outros, pelos seguintes objectivos: Manutenção de carreiras pluricategoriais; garantia de integração dos trabalhadores da categoria de Técnico de Informática Adjunto na carreira de Técnico de Informática; preservação da categoria de Consultor de Informática e dos cargos de Coordenador Técnico e de

Coordenador de Projecto; integração na carreira dos trabalhadores que desempenham funções na área de Informática na Administração Pública; valorização imediata e substancial dos trabalhadores, permitindo a recuperação do poder de compra perdido desde 2008; revogação do SIADAP e substituição por um sistema justo; e eliminação da precariedade e do recurso ao *outsourcing*.

panhar a evolução que as tecnologias de informação têm tido e que se tornaram fundamentais para todas as vertentes do trabalho na Administração Pública.

TRABALHADORES DESVALORIZADOS

Recorde-se que, em 24 de Julho, realizou-se uma greve nacional – convocada pelo STAL, FNSTFPS e STML – dos trabalhadores das carreiras de Informática e de todos os que exercem funções de Informática sem estarem integrados naquelas carreiras. Esta luta resultou da falta de resposta concreta da Secretaria de Estado da Administração Pública, cuja proposta ficou manifestamente aquém das expectativas dos trabalhadores, já que não considera os desafios e a evolução do sector nos últimos 25 anos, além de não acrescentar praticamente nenhuma valorização da carreira, sujeitando a mesma a um conjunto de alterações que a tornam ainda mais injusta.

As três estruturas sindicais consideram, por isso, que a revisão da carreira devia ter como principal objectivo corrigir as injustiças que subsistem desde 2008, aquando da destruição destas carreiras, e tornar a mesma mais apelativa e justa para os trabalhadores que nela se encontram, assim como para aqueles que pretendam ingressar na Administração Pública.

O STAL, a FNSTFPS e o STML sublinham que a proposta apresentada pela Secretaria de Estado da Administração Pública representa “um autêntico retrocesso” e é marcada pela falta de uma “reflexão racional, sustentada e realista”, e criticam o Governo por procurar “formatar as carreiras de Informática ao figurino pré-existente, mesmo que isso seja feito à força”. O STAL irá continuar a insistir na necessidade de revisão desta carreira, bem como de todas as que existem na esfera de intervenção do Sindicato, mantendo a convicção que a decisão do Governo não defende o Serviço Público e, muito menos, os trabalhadores que nele trabalham, pelo que, nos últimos meses, tem estado a decorrer um abaixo-assinado, no âmbito deste combate à destruição das carreiras de Informática. ■

DESTAQUE



IV CONFERÊNCIA SINDICAL DO STAL

Unidade e determinação na luta por melhores condições de vida e de trabalho

A IV Conferência Sindical, realizada em 20 de Setembro, em Corroios (Seixal), foi um importante momento de unidade e afirmação do STAL, mas, sobretudo, dos trabalhadores do sector da Administração Local. Ali se discutiram os assuntos que são realmente importantes para a dignificação e valorização dos trabalhadores, para o reforço do Poder Local Democrático e dos Serviços Públicos, tarefas indissociavelmente ligadas ao fortalecimento do STAL, que ali também foi debatido, perspectivando assim as eleições para os corpos gerentes que terão lugar no dia 6 de Dezembro.

Foram dezenas as intervenções apresentadas que ilustraram a realidade do sector e, principalmente, que demonstraram haver alternativa às políticas de empobrecimento que têm sido seguidas, que são fundamentais ao desenvolvimento e ao progresso soberano do País; políticas que desvalorizam as carreiras e profissões com as consequências que se conhecem, que, sob uma falsa descentralização, promovem a descaracterização do Poder Local, que atacam os Serviços Públicos. Importante, ainda, foi que os cerca de 500 delegados presentes reafirmaram o seu compromisso

so com a acção e a luta que o STAL e os seus dirigentes continuarão a assumir, tendo aprovado o documento-base e as prioridades reivindicativas para 2024, por

unanimidade, assim como duas moções, sobre os 50 anos do 25 de Abril e a Regionalização, e por expressiva maioria, o Manifesto pela Paz.

MAIS MILITÂNCIA SINDICAL E VIDA COLECTIVA

Foi com as bancadas povoadas de alegria pelas centenas de trabalhadores da autarquia do Sei-

xal, convidados para a abertura da Conferência, e com a presença de cerca de 500 delegados de todo o País que teve lugar o momento cultural, a cargo de Duar-



te, fadista e alentejano, cuja letra de um dos temas que cantou nos recorda que “se for importante volta, se não for não tem de ser, que a vida dá muitas voltas, e as voltas fazem doer”, como bem sabe o povo trabalhador, que diariamente faz andar a roda da História, e que antecedeu as intervenções de abertura, com a saudação da presidente da Câmara Municipal do Seixal (Paulo Silva), seguida da intervenção do presidente do STAL (José Correia).

O autarca salientou o compromisso de sempre do município com a defesa dos direitos dos trabalhadores das autarquias, de que o STAL é o seu principal representante, e apelou à conjugação e prosseguimento de esforços com esse objectivo, enquanto o presidente do STAL destacou o envolvimento dos trabalhadores no debate preparatório e na eleição de delegados à Conferência, e lembrou que esta se realizava num quadro bem diferente da última Conferência. Abordando os problemas que atingem os trabalhadores, recordou que o Sindicato comemorará os seus 50 anos em 2025, reafirmando a “luta pela soberania e o desenvolvimento de Portugal, um caminho só possível com a rejeição dos constrangimentos e imposições da União Europeia, a elevação das condições de vida e laborais, a defesa do Poder Local e dos Serviços Públicos, e uma verdadeira descentralização ao serviço do País e das populações, é um rumo indissociável dos valores de Abril”, cujo 50.º aniversário se celebrará em 2024. Para isto, referiu, que “é necessário deitar mãos à obra, com mais militância sindical e vida colectiva”. “É isto que os trabalhadores esperam de nós e este Sindicato, como sempre, saberá dar essa resposta”, disse, perante a secretária-geral da CGTP-IN,

Isabel Camarinha, que, intervindo na sessão de encerramento, referiu que há quem queira “impingir um País das Maravilhas e de sucesso que não corresponde à realidade dos trabalhadores e de vastas camadas da população”, sublinhando ainda que “aumentou a desigualdade na distribuição da riqueza” e que “20 das maiores empresas ou grupos económicos nacionais lucraram, todos os dias, 25 milhões de euros”, enquanto se agrava “o empobrecimento dos trabalhadores e do povo, em geral; se aprofunda a exploração e se acentuam os ataques à liberdade da actividade sindical, ao Poder Local Democrático, aos Serviços Públicos e às Funções Sociais do Estado; e se bloqueia o direito e a aplicação da contração colectiva”.

PRIORIDADES REIVINDICATIVAS

O documento-base caracteriza o quadro político, económico e social actual, contém as principais propostas e reivindicações e faz um ponto da situação relativamente à organização sindical, onde será sempre necessário melhorar, sem perverter o que distingue o STAL: uma organização sindical, independente, desde logo do poder e que, ao contrário de outras, assenta a sua acção na participação dos trabalhadores que representa, assumindo em pleno, e para contrariedade do poder, o papel insubstituível da luta de massas. No documento-base lembra-se que Portugal é fortemente afectado pelos desenvolvimentos negativos no plano internacional, decorrentes da profunda crise do capitalismo, cujas consequências reflectem-se na vida do País, que é inseparável de décadas de governos PS, PSD e CDS, comprometidos com o grande capital e a defesa dos seus interesses.



DEFESA, REPOSIÇÃO E CONQUISTA DE DIREITOS

Os resultados da maioria absoluta pelo PS e a diminuição da representação parlamentar dos partidos à sua esquerda, pondo fim ao percurso, embora limitado, de defesa, reposição e conquista de direitos concretizada nos últimos anos pela luta dos trabalhadores e por iniciativa da PCP, PEV e BE, estão à vista: aquilo a que assistimos por parte do

governo PS mostra que as soluções e as respostas necessárias para garantir a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e do povo, e assegurar o desenvolvimento soberano do País, exigem um caminho muito diferente daquele que está a ser trilhado. Um caminho no qual convergem a direita e a extrema-direita (PSD, CH e IL), que competem entre si para ver quem é mais neoliberal.

AGIR E LUTAR PELA VALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Lembrando algumas das conquistas alcançadas, como o Suplemento de Penosidade e Insalubridade, resulta claro dos documentos, em particular das prioridades da acção reivindicativa para 2024, que não é por falta de propostas que os problemas identificados se mantêm sem soluções, sendo certo que, se do lado do Governo não houver vontade, não resta outro caminho que não o da luta! À cabeça, está a exigência do aumento significativo dos salários, num quadro no qual as recentes actualizações salariais, só possíveis com a luta, são claramente insuficientes para repor e aumentar o poder de compra, apesar de o Estado dispor hoje dos recursos mais do que suficientes para esse efeito; a revisão da TRU e a regulamentação de suplementos; a exigência da recuperação das carreiras e profissões, a revogação do SIADAP; o combate à precariedade; a defesa das 35 horas para todos; a melhoria das condições de trabalho; a defesa de pensões e reformas dignas; da natureza pública e solidária da ADSE; a valorização da contratação colectiva nas autarquias, no sector empresarial público e privado, nas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários e outras e entidades, são também prioridades reivindicativas, assim como a defesa do Poder Local, da regionalização e dos Serviços Públicos municipais, nomeadamente da água e dos resíduos.

AFIRMAR E DEFENDER OS DIREITOS SINDICAIS

A Conferência aprovou, ainda, várias medidas para fortalecer o STAL: a defesa da sua matriz sindical; o reforço da sindicalização; alargamento da rede de delegados sindicais, comissões sindicais e representantes dos trabalhadores para a SST, para uma maior ligação aos trabalhadores e aos seus problemas, melhor comunicação e formação sindical; e a defesa intransigente da liberdade sindical e do direito à greve são aspectos cruciais para o STAL: servir os trabalhadores, pois para servir o poder instituído já existem outros, e todos sabemos quais são...

“A luta continua!” ■



DESTAQUE: OE2024



A LUTA CONTINUA POR UMA VIDA DIGNA, MAIS DIREITOS E MELHORES SALÁRIOS E CONDIÇÕES DE TRABALHO

As medidas e soluções que os trabalhadores e o Povo exigem

O Orçamento do Estado para 2024 não responde às verdadeiras necessidades do País. No próximo ano, caso não se inverta esta política gravosa, os trabalhadores da Administração Local continuarão a sofrer uma degradação do poder de compra, quando já se defrontam, diariamente, com enormes dificuldades para suportar a subida dos preços dos alimentos e do custo da habitação.

Com a apresentação do Orçamento do Estado para 2024 (aprovado na generalidade, até ao fecho desta edição), este governo PS (a “prazo” até às legislativas anunciadas para 10 de Março pretende que os trabalhadores da Administração Pública, e em particular os da Administração Local, se esqueçam do longo período de congelamento/estagnação salarial, que se arrasta desde 2010 e que conduziu a uma acentuada quebra real média dos salários.

O OE2024, apesar de toda a propaganda, não só não responde às verdadeiras necessidades do País, como pretende iludir os trabalhadores com a promessa do

aumento dos seus rendimentos, mais por via da redução do IRS do que pela subida significativa dos salários, e, desta forma, quase metade dos trabalhadores, que pelos seus baixos

salários já não pagam IRS, não beneficiarão desse aumento de rendimentos.

É um orçamento em que se enfatiza a devolução de rendimentos aos trabalhadores, mas em

que verdadeiramente se alargam as benesses ao grande capital e se aprofunda a injustiça fiscal. Ao mesmo tempo que se procede a algum desagravamento do IRS agravam-se os impostos in-

directos, nomeadamente o IVA (ao repor-se a taxa de 6% para os produtos alimentares), o Imposto sobre o Alcool e Bebidas Alcoólicas e o Imposto Único de Circulação, e aumentam-se também os apoios ao grande capital através da concessão de benefícios fiscais no IRC, que atingem, em 2024, os 1600 milhões de euros, mais 220 milhões do que neste ano.

ADMINISTRAÇÃO LOCAL: SALÁRIO MÉDIO BASE CAI 9,3%

O cálculo da evolução do poder de compra do salário base, líquido de impostos, na Administração Local de 2010 a 2024 – mesmo com a descida do IRS no próximo ano – mostra que a perda real do poder compra do salário médio base na Administração Local será de 9,3%. Há, porém, carreiras com quebras superiores, casos dos técnicos superiores (-20,2%), técnicos informáticos (-15,9%), dirigentes (-23,3%), educadores de infância (-19,3%), assistentes técnicos (-11,6%), bombeiros (-12,0%) e dos polícias municipais (-11,6%).

Só as carreiras de Assistente Operacional/Operário/Auxiliar, que auferem os salários mais baixos (beneficiando, nos últimos anos, das actualizações do Salário Mínimo Nacional, em percentagens, bem superiores à inflação), recuperam, em 2024, o poder de compra perdido desde 2010 (+1,2%).

ENTRE PROMESSAS E A REALIDADE...

Este é um orçamento em que, apesar da acumulação escandalosa, o governo PS decide acabar com as “contribuições extraordinárias de solidariedade” sobre os lucros dos sectores

DESTAQUE: OE2024



energético e da grande distribuição, em que mais de metade do orçamento para o SNS irá parar ao sector privado, e em que o regime de residentes não habituais (com benefícios fiscais de 1500 milhões de euros anuais) termina para novos candidatos, mas é prolongado para os actuais beneficiários.

Na apresentação do OE2024, o ministro das Finanças enfatizou os aumentos salariais e outras valorizações na Administração Pública, mas uma análise detalhada mostra que entre promessas e a realidade vai uma longa distância.

Por seu lado, o Ministério da Presidência do Conselho de Ministros (MPCM) refere que os trabalhadores da Administração Pública terão uma actualização salarial mensal de 52,63€ ou de 3%, ou seja, cerca de 40% terão um aumento salarial igual ou superior a 4,7%, valor pouco superior à inflação estimada pelo Governo para 2023 (4,6%). Ao fazê-lo, o MPCM reconhece implicitamente que cerca de 60% dos trabalhadores da Administração Pública (450 mil) continuaram, este ano, a sofrer uma perda de poder de compra.

A mesma fonte informou ainda que – considerando a inflação esperada para 2024 (2,9%) e que

a actualização salarial será de 3% –, no próximo ano, estes trabalhadores terão algum ganho do poder de compra, mas esquece-se de dizer que esta previsão da inflação é a mais optimista de todas as instituições, e que há muitas dúvidas quanto a esse objectivo, porque o Governo vai acabar, em Janeiro, com o “IVA zero” para os produtos alimentares, pelo que se prevê alguma aceleração na inflação.

... SEM ARGUMENTOS PARA NÃO AUMENTAR SALÁRIOS

São milhares os trabalhadores da Administração Local que, em 2024 e com esta proposta de

OE, continuarão a sofrer uma degradação do poder de compra, trabalhadores a quem sobra cada vez mais mês do que salário, que se confrontam, diariamente, com enormes dificuldades para fazer face à contínua subida dos preços, em particular dos bens alimentares e do custo com a habitação, que não pára de subir e em que, só no último ano, a prestação do empréstimo hipotecário aumentou quase 50%.

Se em anteriores OE os argumentos utilizados por este governo para a impossibilidade da reposição do poder de compra dos trabalhadores da Adminis-

tração Pública eram os sucessivos défices orçamentais e a elevada Dívida Pública, que dizer agora que temos excedente e em que somos um dos países da União Europeia em que a Dívida Pública, em percentagem do PIB, mais cai?

Na situação actual, com um excedente orçamental de 0,8% do PIB (mais de dois mil milhões de euros!), estimado para 2023 e com uma previsão de excedente de cerca de 0,2% (mais de 500 milhões de euros) em 2024, caem por terra quaisquer argumentos do Governo para que não se valorize os salários na Administração Pública. ■



BASTA DE EMPOBRECER! HÁ DINHEIRO E HÁ SOLUÇÕES!

A «Proposta Reivindicativa Comum» para 2024, apresentada pela Frente Comum, contém soluções para os problemas que os trabalhadores da Administração Pública enfrentam, designadamente:

- » Aumento salarial não inferior a 15%, no mínimo 150€, para todos;
- » Salário mínimo de 920€ em Janeiro, atingindo 1000€ em 2024;
- » Subsídio de refeição de 10,50€;
- » Revogação do SIADAP, substituído por um sistema de avaliação sem quotas, formativo, transparente, equitativo e justo;
- » Correção real e justa da Tabela Salarial-TRU;
- » Reposição integral do valor do pagamento das horas extraordinárias;
- » Reposição dos 25 dias de férias e respectivas majorações;
- » Reposição total do direito à indemnização por motivo de acidente de trabalho e/ou doença profissional;
- » Regulamentação e aplicação dos suplementos remuneratórios: Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco; de disponibilidade permanente e de prevenção ou piquete;
- » Aplicação mais abrangente do Suplemento de Insalubridade e Penosidade;
- » 35 horas para todos, e fim à precariedade;
- » Reposição do valor de 1,5% das contribuições da ADSE, em 12 meses;
- » Respeito pela negociação e a contratação colectiva, e pelos direitos sindicais.
- » Reposição dos escalões de IRS, para maior justiça fiscal.

DOSSIER CARREIRAS



EXERCÍCIO EXEMPLIFICATIVO DA SUPRESSÃO DE DIREITOS

A Luta pela recuperação das carreiras e das profissões

No anterior número do «Jornal do STAL» debruçámo-nos sobre alguns aspectos sobre a regulamentação das carreiras, referindo o que se tem passado, de uma forma geral, com todas as carreiras da Administração Local, e focando, a título de exemplo, a carreira de Agente Único de Transportes Colectivos e as carreiras operárias. E dissemos então que, numa próxima edição, avançaríamos com outros exemplos, bem elucidativos do extermínio das carreiras em geral, e da degradação sistemática do sistema retributivo, por força da sua regulação por via da inqualificável Lei 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, cujos princípios o Governo continua a aplicar, nomeadamente na revisão das chamadas “carreiras não revistas”.

Jamais esqueçamos as tropelias de que os trabalhadores têm sido vítimas, sobretudo imediatamente antes e durante a intervenção da *troika*, salientando a razia de direitos devido à Lei 12-A/2008.

Reiteramos aqui as tropelias de que os trabalhadores têm sido vítimas, sobretudo imediatamente antes e durante o tempo de intervenção da *troika*, salien-

tando a razia de direitos imposta pela Lei 12-A/2008 e a sua subsequente regulamentação, que constituiu os alicerces de um edifício inquinado pela afirma-

ção de princípios absolutamente perversivos de uma vida profissional digna, que todos os trabalhadores merecem, com repercussões que continuam a sen-

tir-se hoje, com enorme gravidade, e que temos de continuar a combater.

PROGRESSÃO TRITURADA...

É sob este contexto que hoje, e também a título de exemplo, vamos valer-nos, especialmente, da carreira de Técnico Superior para, uma vez mais, demonstrarmos que a derrocada de que falámos a todos atingiu, ainda que os seus efeitos tenham sido mais ou menos perniciosos, consoante a situação profissional e familiar de cada trabalhador. Recordamos, assim, que a carreira de Técnico Superior integrava cinco categorias, cada uma com quatro escalões, pelo que a evolução dos trabalhadores se

DINAMIZAR A NOSSA LUTA

O actual panorama é suficientemente elucidativo da derrocada de direitos de que os trabalhadores têm sido vítimas, lamentando-se que o Governo faça olhos vinhos a esta indignidade, continuando com procedimentos obtusos e de atroz injustiça, inspirados em princípios fixados na Lei 12-A/2008, devastadores das carreiras e do sistema retributivo.

Impõe-se, assim, dinamizar a nossa luta, no

sentido da recuperação do sistema de carreiras e profissões que existiu, naturalmente com as adaptações que justamente se impõem, tendo em conta o longo período decorrido, instituindo verdadeiras carreiras e identificando as respectivas profissões, e prevendo formas de evolução profissional assentes na agilização das progressões e no acesso, por promoção, a categorias superiores, como sempre defendemos.

efectuava por progressão e promoção.

A progressão a um escalão superior, da mesma categoria, exigia o decurso de três anos de serviço num escalão inferior, enquanto a promoção, isto é, o acesso a uma categoria superior, era possível por concurso, exigindo-se, em regra e conforme as categorias em causa, três anos classificados de Muito Bom ou cinco anos classificados de Bom, exercidos em cada uma das dessas categorias.

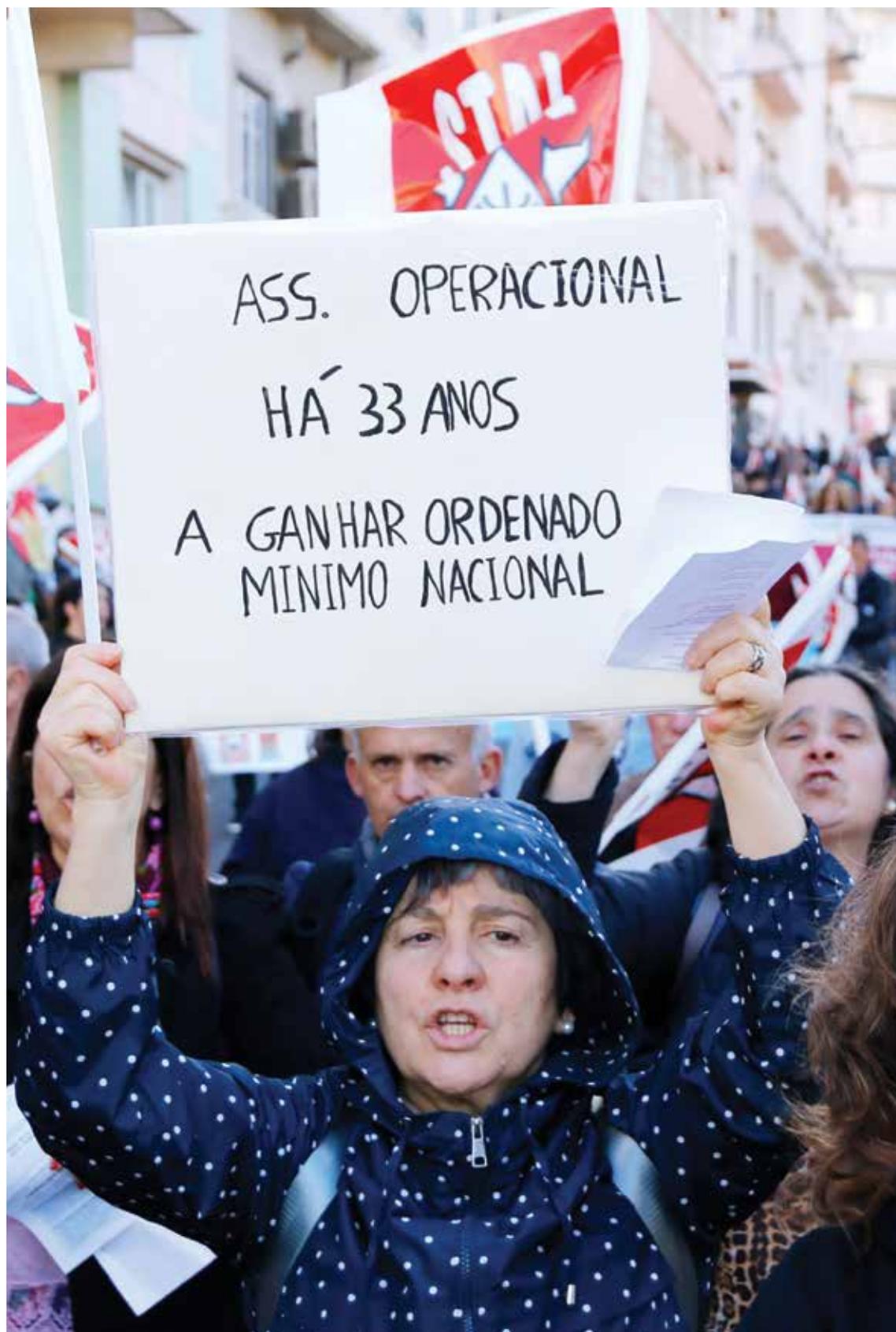
A partir de 2009, como sabemos, esse processo evolutivo foi triturado, ficando estes trabalhadores, como os demais, das chamadas carreiras gerais, espoliados de qualquer hipótese de promoção e com a progressão obrigatória condicionada à posse de, pelo menos, 10 pontos, obtidos nas respectivas avaliações de desempenho.

Na transição para o actual regime, em 2009, foram-lhes aplicadas regras idênticas às dos restantes, transitando assim, sem qualquer aumento salarial, mesmo que a respectiva remuneração não coincidissem com qualquer posição da nova “carreira”, do que decorreu, em muitos casos, a atribuição de posições intercalares, com o consequente rol de injustiças daí decorrentes.

... E REGRA PERVERSA

Exemplificando com a situação dos técnicos superiores de 2.ª classe, constatamos que, em 2009, todos foram integrados em posições intercalares, dado que os valores dos respectivos escalões não coincidiam com qualquer das posições da nova “carreira”.

Mas desse reposicionamento decorreu que, numa futura progressão, os respectivos impulsos salariais foram de 34,33€, 188,81€, 120,15€ ou 51,50€, conforme estivessem no 1.º, 2.º, 3.º ou 4.º escalão, respectivamente, o que espelha bem a perversão de uma regra de transição imposta pelo art.º 104.º, da Lei 12-A/2008, tão fortemente discriminatória do direito a uma realização profissional digna. Nesta nova “carreira” foram também integrados trabalhadores da anterior carreira técnica, sendo que alguns destes já eram licenciados e outros obtiveram esse grau académico. Todavia, na generalidade da Ad-



Os trabalhadores exigem a valorização efectiva das suas profissões

ministração Pública foi-lhes negada a integração na 2.ª posição remuneratória, direito que o art.º 38.º da Lei 64-A/2008 (Lei do Orçamento do Estado para 2009) atribuiu a quem fosse admitido por concurso, pelo que defendemos, com assinalável êxito, que igual posição mínima teria de ser atribuída a quem já detivesse ou viesse a adquirir essa habilitação.

Lamentavelmente, porém, não foi esse o entendimento perflhado na generalidade da Administração Pública, tratando-se mais desfavoravelmente quem

já detinha assinalável experiência funcional, comparativamente com recém-admitidos, por concurso!

RESULTADOS DEPLORÁVEIS...

Os exemplos que acima explicitamos, decorrentes da atribuição de diferentes impulsos salariais, constatam-se também, com maior ou menor dimensão, nas outras categorias existentes antes da transição para a actual “carreira” de Técnico Superior, como também nas carreiras de Assistente Opera-

cional e de Assistente Técnico. Como se constatam, igualmente, nos processos de revisão das carreiras, juridicamente chamadas “não revistas”, como de resto recentemente exemplificámos e consta do parecer que emitimos aquando da apreciação do projecto de diploma regulador das carreiras de Informática, que, entretanto, deu origem ao Decreto-Lei (DL) 88/2023, que mantém as perversões que desde sempre identificámos e combatemos.

E igualmente se verificam, como nódoas indeléveis, noutros pro-

cessos, recordando o respeitante à revisão das carreiras de fiscalização, consubstanciada no DL 114/2019, que, por um lado, destruiu as carreiras do anterior grupo técnico-profissional, com a criação da chamada carreira especial de fiscalização, e, por outro, impôs que as restantes profissões, do grupo auxiliar, passassem a carreiras subsistentes, do que tudo decorreu uma grosseira desvalorização do estatuto profissional destes trabalhadores.

Daqui se infere que o actual regime de carreiras continua a beber os princípios instituídos pela famigerada Lei 12-A/2008, mantendo o Governo, passados mais de 15 anos, a imposição desses princípios.

Simultaneamente, tem fechado completamente os olhos à degradação da Tabela Remuneratória Única (TRU) e das tabelas indiciárias ainda vigentes para algumas carreiras, com resultados absolutamente deploráveis.

CONTORCIONISMO MATEMÁTICO

Quanto à TRU, os cinco primeiros níveis foram absorvidos pela remuneração mínima da Administração Pública, praticamente igual ao Salário Mínimo Nacional, continuando o Governo a esgrimir um notável contorcionismo matemático, defendendo que, afinal, 5 é igual a 1! Disso decorre que a regra da proporcionalidade remuneratória, consignada no art.º 147.º da LTFP, é uma falácia, imposta à revelia da lei!

Voltando a socorrer-nos do que se passa com os técnicos superiores, verificamos que essa regra de proporcionalidade está completamente degradada. De facto, enquanto em 2009 havia uma diferença de 751,48€, entre o 1.º nível da TRU e o 1.º atribuível a técnicos superiores licenciados (450€/1.201,48€), essa diferença é agora de 564,15€ (769,20€/1.333,35€) panorama que, com maior ou menor dimensão, se verifica noutras carreiras.

Por exemplo, valendo-nos da carreira de Assistente Técnico, em 2009, a 1.ª posição distanciava em 233,13€ da 1.ª posição da TRU (683,13€/450€), enquanto agora essa diferença é de apenas 100,64€ (869,84€/769,20€). ■

STAL DENUNCIA



Tribuna Pública denuncia tentativa de extinção dos SIMAR – 24 Outubro

«ABRAÇO AOS SIMAR» REÚNE DUAS CENTENAS DE TRABALHADORES

Denúncia pública contra destruição de serviços municipais de Loures e Odivelas

Os trabalhadores dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos de Loures e Odivelas têm-se mobilizado contra a tentativa de extinção de serviços municipais (e a sua concessão à EPAL e à Águas do Tejo Atlântico), e realizaram, em 24 de Outubro, uma manifestação e tribuna pública, seguida de um “cordão humano”, em Loures.

O STAL e os trabalhadores dos Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos (SIMAR) de Loures e Odivelas (cerca de um milhão) têm denunciado, de forma pública, a tentativa de destruição destes serviços municipais essenciais, num processo que está a ser negociado no “segredo” dos gabinetes, pelo PS, nos municípios da Amadora, Arruda dos Vinhos, Loures, Odivelas e Vila Franca de Xira, e em Sobral de Monte Agraço. A iniciativa – designada «Abraço aos SIMAR» – contou com uma manifestação e tribuna pública (seguida de desfile) junto à se-



Fernando Gonçalves



Hermínia Gonçalves



Carlos Pequeno

de dos SIMAR, em Loures, em que intervieram trabalhadores, activistas e dirigentes do STAL, além de autarcas e representantes do Bloco de Esquerda, do Partido Comunista Português e da Associação Água Pública, que partilharam as preocupações dos trabalhadores quanto a este inaceitável negócio (que está a ser preparado “à socapa” dos trabalhadores e das populações) e a quem manifestaram total solidariedade para com a sua luta, já que serão os mais directamente prejudicados por esta medida. No âmbito deste combate contra a destruição dos serviços pú-



blicos municipais, foi lançado um abaixo-assinado entre os trabalhadores dos seis municípios envolvidos e na acção do passado dia 24 foi aprovada uma Carta Aberta, dirigida aos presidentes das câmaras e das assembleias municipais de Loures e Odivelas, com a posição do STAL e dos trabalhadores do SIMAR, em defesa dos seus direitos e dos interesses das populações, estando os delegados, activistas e dirigentes do STAL a realizar plenários e diversas acções de contacto, esclarecimento, informação e de mobilização para esta luta que é preciso travar com determinação e em unidade.

“RESISTIR E LUTAR EM DEFESA DOS NOSSOS DIREITOS”

Carlos Pequeno, motorista dos SIMAR, não se conforma com o que está a ser preparado “no silêncio dos gabinetes”: “Estou muito preocupado com o que eles querem fazer, eu que até sou cliente dos SIMAR, porque vou sofrer duplamente: como cliente, pagarei a água e o saneamento muito mais caros; e como trabalhador, verei os meus direitos regredir e perder regalias.” E sem se deter, visivelmente incomodado, interroga-se: “Não percebo este negócio, porque o nosso lixo é rentável. E no caso da água, sendo um bem

escasso, as câmaras vão entregá-la aos privados, perdendo o seu controlo? Os serviços essenciais à vida humana pagam-se a eles próprios, não têm nada de ser um negócio. Os suces-

sivos governos têm destruído o que levou muitos anos e muitas lutas a erguer: serviços essenciais de qualidade e sob gestão pública. Temos de lutar contra isto!”

Hermínia Gonçalves trabalhou 41 anos nos SIMAR, tendo-se reformado há poucos meses, mas fez questão de solidarizar-se e de partilhar a preocupação com os até há pouco colegas, face à situação que se advinha: “Eles dizem que os serviços não são viáveis porque a EPAL e a Águas de Portugal [AdP] asfixiam os serviços municipalizados com o que cobram no preço da água e das tarifas. Como estes não foram aplicados aos clientes, é claro que é deficitário para os SIMAR, mas altamente lucrativo para a EPAL e Simtejo. Em 2022, a EPAL teve 50 milhões de euros de lucro e a Simtejo quase 100 milhões! Tudo à custa dos municípios.”

Hermínia Gonçalves alerta ainda: “Aquilo que vão ‘vender’ é que os direitos serão assegurados, que nenhum posto de trabalho está em perigo, que não se trabalhará mais horas ou que não seremos obrigados a ir para

a EPAL e AdP, e no caso dos colegas do sector do lixo ainda é pior, porque aí nem há estudos... O que não podemos permitir é que acabem com os nossos postos de trabalho! Podem inventar o que entenderem, mas que querem destruir os SIMAR não tenhamos nenhuma dúvida. Por isso, é preciso resistir e lutar para defender os nossos direitos!”

Já Fernando Gonçalves, há 24 anos nos SIMAR, a trabalhar no laboratório, salienta que os SIMAR, desde 1974, “tem uma grande preocupação com a qualidade da água que é fornecida, realizando análises diárias, o que é uma garantia para todos”. Mas alerta para o risco de, com a sua concessão, não se manter o cuidado e o padrão de qualidade que existe actualmente: “Como será no futuro? Não sabemos... Manter-se-á o controlo da qualidade da água? Serão realizadas as análises com mesma cadência? O que sabemos é que, agora, a qualidade da água fornecida pelos SIMAR é garantida. Temos de lutar pelos nossos postos de trabalho e pelo Serviço Público, garantindo a

distribuição de água de qualidade à população.”

ATAQUE AOS SERVIÇOS PÚBLICOS

Tiago Martinho, dirigente do STAL Lisboa, refere que esta luta está a ser desenvolvida, igualmente, nos municípios de Amadora, Arruda dos Vinhos, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço: “Trata-se do desmantelamento de serviços municipalizados que prestam serviços essenciais às populações. Temos realizado plenários e acções de esclarecimento e de contacto junto dos milhares de trabalhadores destes municípios, assim como das populações, informando e alertando para os perigos deste negócio, que terá um impacto gravoso na vida dos trabalhadores e da população, como, aliás, a realidade bem demonstra em municípios onde negócios semelhantes se concretizaram, e em que o preço da água e as tarifas do saneamento e da recolha de resíduos subiram drasticamente.”

Daí que o dirigente sindical sublinhe a importância da luta “para manter a água como Serviço Público, como bem escasso e essencial para a vida humana que é, e que não pode ser entregue, a prazo, aos privados, com a sua perspectiva do lucro”; garantindo que o STAL, “fortemente empenhado nesta luta em defesa dos direitos dos trabalhadores e das populações, tudo fará para evitar que se concretize a concessão” destes serviços municipais, sublinhando “a importância fundamental da gestão pública e de proximidade da água, exercida pelas câmaras ou serviços municipais, orientada pelo interesse público”. Tiago Martinho recorda, ainda, que em causa está “uma proposta do Governo, através do Ministério do Ambiente, feita a seis municípios da Área Metropolitana de Lisboa, que visa a cedência da água e do saneamento ao grupo AdP durante 43 anos, com tudo o que isso implica para os trabalhadores”, exemplificando que “um trabalhador, que passe para o grupo AdP, passará a trabalhar 40 horas em vez das actuais 35, e perde a ADSE, além de outras questões laborais, como a mobilidade geográfica ou a desregulação dos horários e trabalho”. ■



O STAL É CONTRA ESTE “NEGÓCIO” PORQUE...

- » Fragiliza a negociação colectiva e as relações laborais. Com o tempo, os municípios deixarão de ter trabalhadores dos serviços de águas;
- » Afecta os direitos dos trabalhadores, levando o aumento do horário de trabalho (para as 40h semanais), a mobilidade geográfica e a polivalência;
- » Conduz à redução de trabalhadores e ao aumento da subcontratação, à precariedade e à exploração laboral;
- » Leva à perda de autonomia dos municípios e afasta os serviços das populações, cuja perda de poder de influência nas decisões junto do Poder Local irá desaparecer;
- » Num futuro não muito longínquo, conduz ao aumento do preço da água.

CONDIÇÕES DE TRABALHO



A luta pela melhoria das condições de trabalho é uma prioridade de intervenção

SAÚDE E SEGURANÇA NO TRABALHO

Um direito por cumprir

Nas empresas e nas autarquias, deve ser o STAL a desencadear as eleições para os representantes dos trabalhadores para a SST, retirando espaço a manobras divisionistas e desviantes do empregador. É que, no mundo do trabalho, não há empregadores neutros.

O regime jurídico da promoção da saúde e segurança no trabalho é muito mais do que uma lei com 121 artigos. Cria um sistema de obrigações para o empregador e, melhor ainda, gerou um naipe de direitos para os trabalhadores. A vantagem está no lado da intervenção sindical e da luta por condições de trabalho dignas e seguras. É nossa!

Sabendo disso, temos sido confrontados com notícias, aqui e acolá, de empregadores que se travestem com pele de cordeirinhos e promovem, contra a lei, a eleição de representantes dos trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho (SST). Só que isso não é deles! São os trabalhadores, e não eles, que têm carência de saúde e segurança.

É preciso dar combate e desmascarar estas investidas demagógicas, porque a eleição de representantes para a SST é um exemplo de democracia de base em que são os trabalhadores, eles mesmos, ninguém por eles, e sem intermediação, que convocam, organizam, promovem, candidatam, fiscalizam, escrutinam e elegem os seus genuínos representantes.

ATENÇÃO ÀS MANOBRAS DIVISIONISTAS

Nisso, o patronato não pode interferir, porque a lei o proíbe e porque esse papel é exclusivo dos trabalhadores. E para acabar de vez com essas investidas ilegais no terreno de cada empresa e também das autarquias, deve ser o STAL a desencadear as eleições, retirando espaço a

manobras divisionistas e desviantes do empregador. É que, no mundo do trabalho, não há empregadores neutros.

Se a função dos trabalhadores para a SST é apontar o dedo ao empregador quando este não cumpre as suas obrigações em matéria de segurança e condições de trabalho, percebe-se que esse papel não pode ficar a cargo de trabalhadores rendidos ao encanto da sereia, mas antes a cargo de representantes que tenham a coragem de falar e agir em nome dos trabalhadores e não em nome e no interesse camuflado do empregador.

É preciso pôr mãos à obra para que cada um faça aquilo que lhe compete fazer: o Sindicato e os representantes dos trabalhadores para a SST, cada um no seu próprio lugar complementar, e

o empregador no outro lado. Se é assim no funcionamento da economia e na produção, inverter os papeis é aldrabice.

GARANTIR E EXERCER DIREITOS CONQUISTADOS

Para os representantes eleitos poderem iniciar funções o resultado da eleição carece de ser publicado no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE). Essa publicação está a cargo da DGERT que, ultimamente, foi obrigada a reconhecer, aceitando expressamente que “a interpretação do STAL é também ela atendível”, que não lhe compete exigir a entrega do caderno eleitoral, dos termos de abertura e encerramento e das actas das secções de voto. Muito menos devem ser entregues à Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Tra-

balho (DGERT), tão pouco à entidade patronal, o documento próprio onde os votantes foram identificados e registados.

As comissões eleitorais criadas no âmbito do processo para a eleição dos representantes dos trabalhadores para a SST, após o acto eleitoral e o apuramento global, devem enviar à DGERT um ofício para efeitos de publicação do resultado eleitoral no BTE, acompanhado dos seguintes dois documentos:

(1) documento com os elementos de identificação dos representantes eleitos (nome completo), e (2) cópia da acta da eleição, que deve ser completa e explicativa quanto aos resultados apurados por cada lista e qual é a ordem dos representantes eleitos, por aplicação do método D'Hondt.

Fazer da Saúde e Segurança no Trabalho um assunto dos trabalhadores e do STAL é agarrar mais uma oportunidade para garantir e exercer direitos conquistados. ■

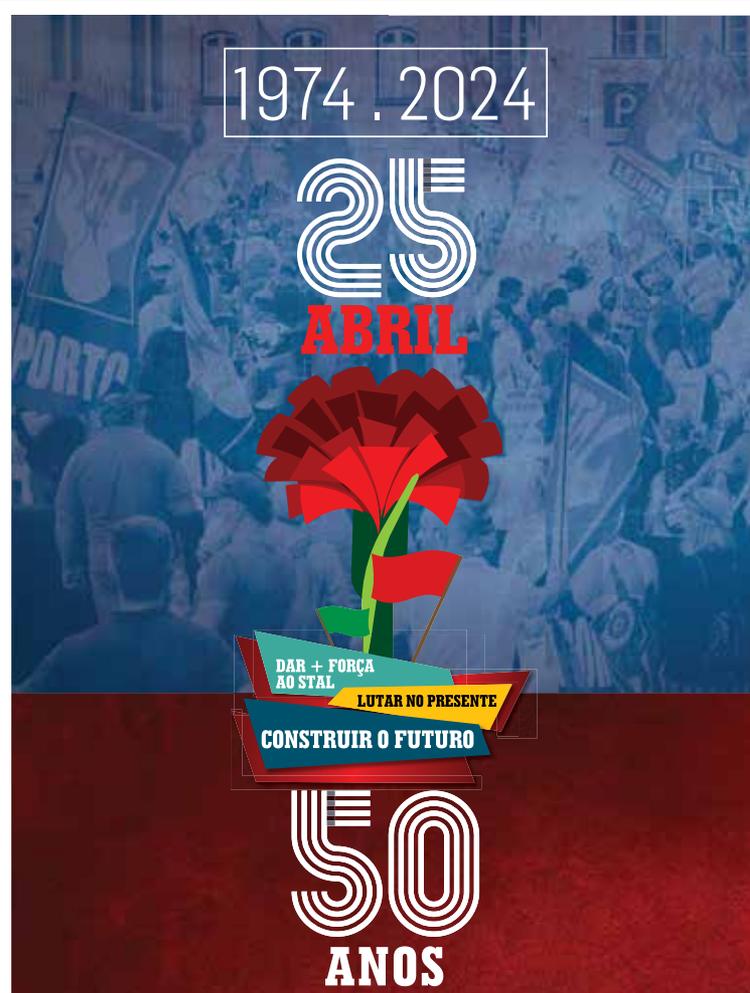
Agenda 2024 assinala os 50 anos da Revolução de Abril

A nova agenda do STAL começa a ser distribuída no início de Dezembro, e é ilustrada com alguns cartazes históricos do Sindicato alusivos à data.

Em 2024, o STAL renova o seu compromisso de manter a luta pela valorização dos trabalhadores através do aumento real dos salários e da correcção real e justa da Tabela Salarial-TRU; da reposição e valorização das carreiras; da revogação do SIADAP; da regulamentação e da aplicação dos suplementos remuneratórios, com destaque para o Suplemento de Insalubridade, Penosidade e Risco; pelo direito à indemnização por acidente de trabalho; e em defesa da contratação colectiva e a liberdade sindical.

No ano em que se assinalam os 50 anos da Revolução de Abril, o STAL reafirma a defesa das suas principais conquistas e do seu nobre ideário de Liberdade, que constituem um guia para a construção de um País mais justo, fraterno e solidário, mais livre, democrático e desenvolvido.

E tal como em 25 de Abril de 1974, será também pela Luta, com determinação e unidade, que os trabalhadores e o STAL concretizarão as suas propos-



tas para garantir uma vida digna e inverter a degradação das condições de vida e de trabalho, bem como o reforço dos Serviços Públicos e das Funções Sociais do Estado. ■

PROTOCOLOS

FITNESS HUT. Os sócios e trabalhadores do STAL beneficiam de vantagens especiais, tais como: mensalidade de 32,02€ (sujeita a atualização anual); horário de utilização dos ginásios (e sala de máquinas) sem restrições, 7 dias por semana, em todos os clubes da cadeia; aulas de grupo; balneários e serviço HUT20 (2 x bebidas vitaminadas). Estas condições especiais podem ser estendidas a mais 3 membros do agregado familiar dos associados e trabalhadores.

FÁBRICA DOS ÓCULOS. Os sócios e trabalhadores do STAL (e agregados familiares) beneficiam de 50% de desconto em armações+lentes graduados, óculos de sol+lentes graduados; 10% em lentes de contacto com oferta de 1 óculo de sol da própria marca; 10% em óculos de sol e restantes produtos; consulta de optometria gratuita; para graduações até 3 dioptrias e 2 de astigmatismo, valor de 70€ para óculos unifocais, com oferta de armação Sunoptic (lentes com tratamento anti-risco e anti-reflexo, e espessura reduzida).

NISA: DENUNCIADA PREPOTÊNCIA DO EXECUTIVO

Os trabalhadores do Município de Nisa afetos à higiene urbana fizeram greve (Nos dias 11 e 12 de Agosto), contra a alteração do horário de trabalho impostos pela autarquia, que os sujeitava às horas de maior calor, em pleno Verão. Esta atitude prepotente do executivo, e de desrespeito pelos trabalhadores, levou o STAL a manifestar o seu repúdio e a participar na concentração de denúncia pública realizada em Nisa. ■

MARCO DE CANAVESES: LUTA NA FCC ENVIRONMENT

Aluta dos trabalhadores do sector de RSU da FCC Environment Portugal, em Marco de Canaveses (que fizeram greve de 13 a 15 de Julho), por aumentos salariais e a negociação do Acordo de Empresa registou uma adesão muito elevada, tendo apenas sido assegurados os serviços mínimos. Esta greve resulta do descontentamento e da contínua falta de respostas concretas da administração às exigências dos trabalhadores. ■

PORTIMÃO: DESFILE EM PROTESTO

Os trabalhadores da EMARP, em 8 de Setembro, fizeram ouvir a sua voz em Portimão num desfile pelas principais artérias da cidade, no âmbito da greve de 24 horas, assim como ao trabalho suplementar. A par da denúncia da pressão e da intimidação de que são alvo na empresa, em causa estiveram, entre outras, questões remuneratórias, condições de trabalho e o reforço do investimento em meios técnicos e humanos, exigências que a administração insiste em ignorar. ■

SINTRA: GREVE POR ACORDO DE EMPRESA

Perante a falta de disponibilidade negocial na Parques Sintra - Monte da Lua sobre um novo Acordo de Empresa (AE), os trabalhadores realizaram uma greve de 3 a 6 de Agosto, em protesto contra o "jogo" da administração, que rejeita as reivindicações do STAL e tenta impor um acordo que retira direitos aos trabalhadores. Estes exigem um AE que, entre outras, não contenha as cláusulas de desregulação de horários e de local de trabalho; que preveja um sistema de avaliação sem quotas e um subsídio de transporte, e trabalho suplementar aos feriados pagos a 100%. ■

ANGRA DO HEROÍSMO: DESPEDIMENTOS REVERTIDOS

Fruto da sua determinação e da sua luta, com o apoio do STAL, os 29 trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, cujos despedimentos haviam sido anunciados pela CM Praia da Vitória, viram a sua situação revertida, e serão integrados noutros organismos municipais ou do Governo Regional. Desde o início deste processo de despedimento colectivo que o STAL demonstrou o seu repúdio e desagrado pela postura do executivo municipal, que foi adiando a resolução dos problemas e sonegou informação Ao Sindicato. ■

VISEU: VITÓRIAS DO STAL E DOS TRABALHADORES

O STAL congratula-se com recentes decisões judiciais - em consequência de acções interpostas contra os municípios de Viseu e S. João da Pesqueira, em defesa e representação de dois associados - que vieram repor a justiça e reconhecer os direitos destes, que foram também ressarcidos dos valores devidos. ■

OS TRABALHADORES E OS POVOS, AS PRINCIPAIS VÍTIMAS DA GUERRA

Nunca como hoje foi tão importante gritar bem alto: “PAZ SIM, GUERRA NÃO!”

Nas mais diversas partes do Mundo, a barbárie capitalista continua a “triturar” milhões de vidas e a “fabricar” refugiados, que acabam nas profundezas do Mediterrâneo, e a gerar, cada vez mais, miséria e pobreza, desigualdades e ódio.

Vivemos tempos de horror e de vertigem para o abismo. E dos escombros provocados por cada míssil disparado, sobressaem os lucros mirabolantes dos fabricantes de armas e mais uma “acha para a fogueira”.

A guerra é um negócio altamente rentável. E caso não haja procura é preciso estimulá-la. Nasce e alimenta-se da mentira, da desinformação, da manipulação e da desumanização do outro. Como escreveu Saramago, nos «Cadernos»: *“Culturalmente, é mais fácil mobilizar os homens para a guerra que para a paz. Ao longo da história, a Humanidade sempre foi levada a considerar a guerra como o meio mais eficaz de resolução de conflitos, e sempre os que governaram se serviram dos breves intervalos de paz para a preparação das guerras futuras. Mas foi sempre em nome da paz que todas as guerras foram declaradas. É sempre para que amanhã vivam pacificamente os filhos que hoje são sacrificados os pais...”*

Em todas as guerras, são os trabalhadores e os povos as principais vítimas. A destruição de fábricas, escolas, hospitais, vias de comunicação, infra-estruturas e recursos naturais afecta, sobretudo, a vida dos que vivem do seu trabalho, mas também de todos os que lutam pela sobrevivência diária, e são tantos os que no mundo o fazem diariamente.

Na Europa, tendo ainda em memória guerras, assistimos à catástrofe provocada pela inva-



A Paz não se alcança com mais guerra

são condenável da Ucrânia pela Rússia. Uma guerra que podia e devia ter sido evitada e que urge parar, sendo hoje evidente que esta é uma guerra dos EUA e da NATO com a Rússia, à custa do sacrifício do povo ucraniano. No Médio Oriente, após os desumanos ataques perpetrados pelo Hamas contra Israel, este desencadeou uma igualmente desumana e brutal operação de castigo colectivo sobre a população de Gaza, prelúdio do genocídio do povo da Palestina e de mais uma tentativa de expulsão dos sobreviventes do seu território, o que faz há décadas

sob total impunidade, com a conivência dos EUA e de governos ocidentais, violando sistematicamente os direitos dos palestinianos e todas as resoluções das Nações Unidas, como se comprova uma vez mais.

VÍTIMAS DA COBIÇA E RAPINA DAS GRANDES POTÊNCIAS

«Enquanto o meu povo resistir não estará sozinho», afirmava há dias, de forma comovida, Dima Mohamed, professora palestiniana a residir em Portugal, numa acção de solidariedade com o povo palestiniano. E não está!

Embora o silenciamento da comunicação social e os esforços de alguns governos para impedir as manifestações de apoio, são milhões os que hoje gritam em todo o Mundo em defesa dos direitos do povo palestiniano. Também em Portugal, como as acções promovidas pelo CPPC, MPPM e CGTP-IN têm demonstrado, apoiadas pelo STAL, entre outros, são cada vez mais os que se juntam à causa da defesa da Paz no Médio Oriente, pelo fim imediato das agressões e pelos direitos do povo palestiniano a um estado livre, independente e soberano.

Neste combate não podemos esquecer, ainda, a situação dramática dos povos do Iraque, Líbia, Síria, Iémen, Afeganistão, Líbano, Mali, República Centro Africana, Sahara Ocidental ou do Curdistão, entre outros. Nem os povos da América Latina. Todos merecem ser respeitados e devem poder decidir o seu futuro. Mesmo os que estão fora da agenda mediática, os propositadamente esquecidos, mas igualmente vítimas da política da cobiça e rapina das grandes potências, devido aos recursos naturais que possuem.

Somos contra a guerra, bloqueios e ingerências. Como se afirma no Manifesto Pela Paz, aprovado na 4.ª Conferência Sindical do STAL: *«Só há espaço social para a guerra se não soubermos impor e fazer respeitar os nossos direitos; só há margem financeira para a guerra se permitirmos que os recursos públicos e a riqueza do trabalho sejam canalizados para o armamento; só há futuro para a guerra se nos resignarmos a viver numa sociedade sem horizonte de progresso.»*

Nele se apela à conjugação de esforços para exigir *«a dissolução dos blocos militares, incluindo a NATO, tal como prescreve a nossa Constituição. É preciso cumprir a Carta das Nações Unidas para a Paz e a concórdia entre os Povos da Terra; e é preciso que os governantes do nosso país ponham a mão na consciência, parem de cobrir e alimentar guerras, promovam a Paz entre os povos, cumpram a Constituição da Paz e de Abril»*, cujos 50 anos assinalam-se em 2024.

Todos não somos demais para defender a Paz, um direito fundamental e sem o qual nenhum outro direito pode existir. ■

Todos diferentes, todos iguais, uma só Humanidade!

«Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.» – art.º 1.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos.



A Comuna de Paris e as revoluções haitiana, mexicana e russa quiseram universalizar os direitos e deveres em sociedade, e no rescaldo destas e doutras revoluções e da derrota do nazifascismo, no termo da II Guerra Mundial, foi, em 1948, proclamada a Declaração Universal dos Direitos Humanos, e, em 1950, o 10 Dezembro como o dia dos Direitos Humanos, ampliados por sucessivas “novas gerações”.

A Carta da ONU e a Declaração Universal são uma etapa no lon-

go caminho desde o cilindro de Ciro, o Código de Hamurabi, o Decálogo, a Magna Carta, a Trégua e a Paz de Deus, as cartas medievais de Foral, o Édito de Nantes, a Petição de Direitos, os Tratados de Vestefália, entre outros.

Mas todos eles eram de alcance limitado, circunscritos a um território ou a uma parte dos grupos em sociedade.

O Iluminismo, no séc. XVIII, erigiu a bandeira da origem popular do poder político, com base nos ideais da razão, liberdade, igualdade, fraternidade feli-

cidade, tolerância, laicidade [separação entre Igreja(s)-Estado]... Estes ideais constam da Declaração de Independência dos EUA (1776) e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789). Apesar do carácter universal desta última, qualquer delas, na prática, negou os direitos nelas consignados aos escravos, aos povos colonizados, às mulheres e aos trabalhadores.

Sem prejuízo doutros, são considerados fundamentais os direitos à vida, liberdade, justiça, segurança social, trabalho, educação, habitação, lazer, saúde, serviços sociais, bem-estar, vestuário e alimentação, e advogado o princípio da resolução pacífica dos conflitos internacionais. A luta pela Paz, pela Humanidade e pela efectiva concretização dos Direitos Humanos prossegue 75 anos depois da aprovação pela ONU da Declaração Universal, para dar corpo à consignada de 1789: «Os homens nascem e permanecem livres e iguais em direitos.» ■

unric.org/pt/

dhnet.org.br/direitos/index.html

politize.com.br/equidade/blogpost/historia-dos-direitos-humanos/

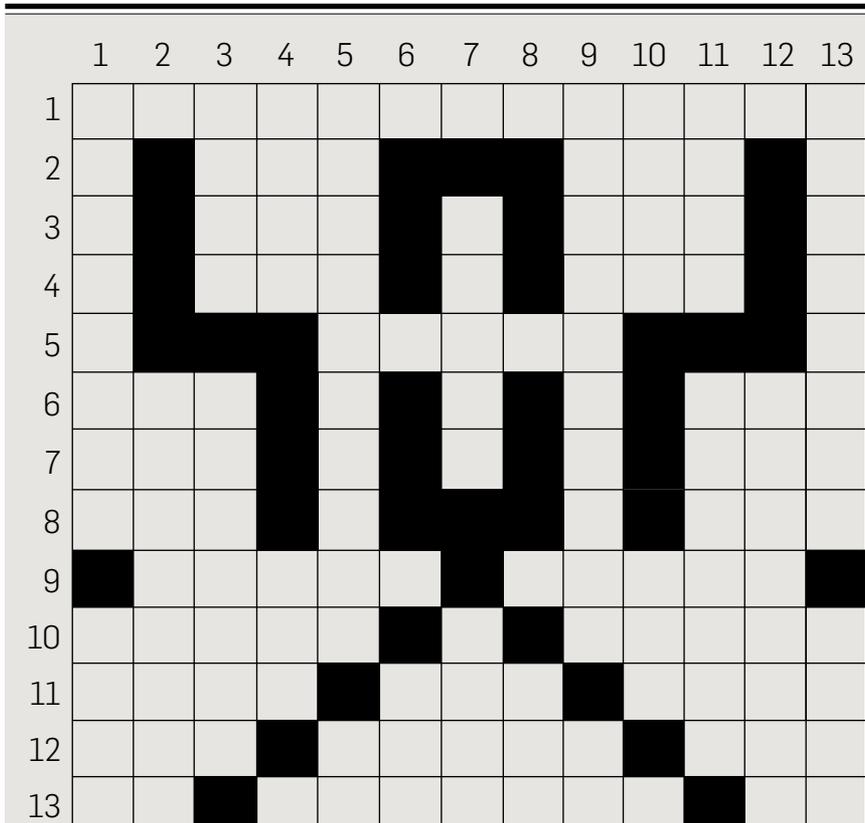
politize.com.br/equidade/

higc.fd.uc.pt/timor/pdfs/cap_1.pdf

cndh.org.mx/noticia/marie-gouze-olympie-de-gouges-autora-de-la-declaracion-de-los-derechos-de-la-mujer-y-de-la

stal.pt/index.php/jornal/74-edi%C3%A7%C3%A3o-n-%C2%BA-122-abril-2022/1332-internet-paz,-p%C3%A3o,-igualdade,-liberdade-e-democracia.html

https://www.domestika.org/pt/blog/6008-posteres-emblematicos-do-dia-internacional-dos-direitos-humanos



PALAVRAS CRUZADAS

Horizontais – 1. Estavam adequados; 2. Suspiros; mordisque, de lá para cá. 3. Tudo aquilo que se ouve; o que o Duarte Pio gostava de ser um dia. 4. Ponha asas em; os de Judas foram escritos pelo António Lobo Antunes. 5. Junto; 6. Irmã do pai ou da mãe; casal. 7. Agência de “informação” dos tempos salazarentos; a pessoa de quem se fala. 8. Gargalhar; órgão excretor de urina. 9. O que se faz com a enxada ou no acto de fugir; rebelião. 10. Nome de mulher (pl); antigas carruagens de duas rodas e um acento. 11. Medianas; de minha propriedade; ou é cabeça de gente ou é boneca de trapos. 12. Nome de várias localidades de Portugal; pândega; esta central sindical tanto nos quer baralhar que é ela que se baralha. 13. Polícia nazi; com políticas de direita nunca mais saímos deste...; a ele.

Verticais – 1. Lançar em crédito; “uma terra sem estes, a Internacional”!!! 2. Comeceis. 3. Medida antiga correspondente ao alqueire; vadias. 4. Cursos de água que desaguam no mar; inúteis. 5. Pedras preciosas de cor verde; nota musical. 6. Maior. 7. Lisboaeta, para o Pinto da Costa; aposento de religioso no convento. 8. Gritos de dor ou prazer. 9. substâncias que fazem adormecer; antes do meio dia. 10. Magoou; é possuidor. 11. É arco de sete cores que às vezes se vê no céu; esteve em perigo. 12. Dá de comer a. 13. Foi isto que os governos fizeram com promessas que não cumprem; veste de combate usada pelos líberos.

SOLUÇÕES

Horizontais – 1. Correspondiam. 2. Ais; aor. 3. Som; rei. 4. Ase; cus. 5. Reuno. 6. Tia; par. 7. ANI; ela. 8. Rir; rim. 9. Cavar; motim. 10. Aidas; seges. 11. Meas; meu; mona. 12. Ois; folia; UGT. 13. SS; marasmo; ao. **Verticais** – 1. Creditary; amos. 2. Inicieis. 3. Rasa; airdas. 4. Rios; vas. 5. Esmeraldas; fa. 6. Mor. 7. Mouru; cela. 8. Uis. 9. Narcóticos; am. 10. Doe; tem. 11. Irs; tem. 12. Perigou. 13. Mentiram; sago.

A DEFESA DO POETA¹

Senhores juízes sou um poeta
um multipétalo uivo um defeito
e ando com uma camisa de vento
ao contrário do esqueleto.

Sou um vestíbulo do impossível um lápis
de armazenado espanto e por fim
com a paciência dos versos
espero viver dentro de mim.

Sou em código o azul de todos
(curtido couro de cicatrizes)
uma avaria cantante
na maquina dos felizes.

Senhores banqueiros sois a cidade
o vosso enfarte serei
não há cidade sem o parque
do sono que vos roubei.

Senhores professores que pusestes
a prémio minha rara edição
de raptar-me em crianças que salvo
do incêndio da vossa lição.

Senhores tiranos que do baralho
de em pó volverdes sois os reis
sou um poeta jogo-me aos dados
ganho as paisagens que não vereis.

Senhores heróis até aos dentes
puro exercício de ninguém
minha cobardia é esperar-vos
umas estrofes mais além.

Senhores três quatro cinco e sete
que medo vos pôs por ordem?
que pavor fechou o leque
da vossa diferença enquanto homem?

Senhores juízes que não molhais
a pena na tinta da natureza
não apedrejeis meu pássaro
sem que ele cante minha defesa.

Sou um instantâneo das coisas
apanhadas em delito de perdão
a raiz quadrada da flor
que espalmais em apertos de mão.

Sou uma impudência a mesa posta
de um verso onde o possa escrever
Ó subalimentados do sonho!
a poesia é para comer.

¹ «Compus este poema para me defender no Tribunal Plenário de tenebrosa memória, o que não fiz a pedido do meu advogado que sensatamente me advertiu de que essa minha insólita leitura no decorrer do julgamento comprometeria a defesa, agravando a sentença.»

NATÁLIA CORREIA, «Poesia Completa – O Sol nas Noites e o Luar nos Dias» (Dom Quixote, 2007).



Foto: Inácio Ludgero/Visão

QUEIXA DAS ALMAS JOVENS CENSURADAS

Dão-nos um lírio e um canivete
e uma alma para ir à escola
mais um letreiro que promete
raízes, hastes e corola
Dão-nos um mapa imaginário
que tem a forma de uma cidade
mais um relógio e um calendário
onde não vem a nossa idade
Dão-nos a honra de manequim
para dar corda à nossa ausência.
Dão-nos um prémio de ser assim
sem pecado e sem inocência
Dão-nos um barco e um chapéu
para tirarmos o retrato
Dão-nos bilhetes para o céu
levado à cena num teatro
Penteiam-nos os crânios ermos
com as cabeleiras das avós
para jamais nos parecermos
connosco quando estamos sós
Dão-nos um bolo que é a história
da nossa história sem enredo
e não nos soa na memória
outra palavra que o medo
Temos fantasmas tão educados
que adormecemos no seu ombro
somos vazios despovoados
de personagens de assombro
Dão-nos a capa do evangelho
e um pacote de tabaco
dão-nos um pente e um espelho
pra pentearmos um macaco
Dão-nos um cravo preso à cabeça
e uma cabeça presa à cintura
para que o corpo não pareça
a forma da alma que o procura
Dão-nos um esquife feito de ferro
com embutidos de diamante
para organizar já o enterro
do nosso corpo mais adiante
Dão-nos um nome e um jornal
um avião e um violino
mas não nos dão o animal
que espeta os cornos no destino
Dão-nos marujos de papelão
com carimbo no passaporte
por isso a nossa dimensão
não é a vida, nem é a morte.

NATÁLIA CORREIA

ODE À PAZ

Pela verdade, pelo riso, pela luz, pela beleza,
Pelas aves que voam no olhar de uma criança,
Pela limpeza do vento, pelos actos de pureza,
Pela alegria, pelo vinho, pela música, pela dança,
Pela branda melodia do rumor dos regatos,
Pelo fulgor do estio, pelo azul do claro dia,
Pelas flores que esmaltam os campos, pelo sossego dos pastos,
Pela exactidão das rosas, pela Sabedoria,
Pelas pérolas que gotejam dos olhos dos amantes,
Pelos prodígios que são verdadeiros nos sonhos,
Pelo amor, pela liberdade, pelas coisas radiantes,
Pelos aromas maduros de suaves outonos,
Pela futura manhã dos grandes transparentes,
Pelas entranhas maternas e fecundas da terra,
Pelas lágrimas das mães a quem nuvens sangrentas
Arrebatam os filhos para a torpeza da guerra,
Eu te conjuro ó paz, eu te invoco ó benigna,
Ó Santa, ó talismã contra a indústria feroz.
Com tuas mãos que abatem as bandeiras da ira,
Com o teu esconjuro da bomba e do algoz,
Abre as portas da História,
deixa passar a Vida!

BIOGRAFIA

Nascida na Fajã de Baixo (Ilha de S. Miguel, Açores) em 13 de Setembro de 1923, Natália de Oliveira Correia tinha uma coragem combativa, que a moveu em vários momentos de intervenção política e pública – nas polémicas intervenções parlamentares, enquanto deputada (1980-1991) – e nas tertúlias artísticas, nomeadamente no bar Botequim, que fundou em 1971. Tomou parte activa nos movimentos de oposição antifascista, tendo participado no Movimento de Unidade Democrática (1945), no apoio às candidaturas para a Presidência da República dos generais Norton de Matos (1949) e Humberto Delgado (1958), e na Comissão Eleitoral de Unidade Democrática (1969). Durante a ditadura foi condenada a três anos de prisão, com pena suspensa, pela publicação da «Antologia da Poesia Portuguesa Erótica e Satírica» (1966), e processada pela responsabilidade editorial das «Novas Cartas Portuguesas», de Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa e Maria Teresa Horta. Em 1992, liderou a criação da Frente Nacional para a Defesa da Cultura, com, entre outros, José Saramago, Urbano Tavares Rodrigues e Manuel da Fonseca. O seu primeiro romance, «Grandes Aventuras de um Pequeno Herói», data de 1946, ano em que começa a escrever poesia. Publicou numerosos livros, datando o último do ano da sua morte (1993), «O Sol nas Noites e o Luar nos Dias», que reuniu a sua poesia completa, além de inéditos. Recebeu o Grande Prémio de Poesia da Associação Portuguesa de Escritores em 1991, ano em que também lhe foi atribuída a Ordem da Liberdade; era já detentora da Ordem de Santiago. Faleceu em Lisboa, em 16 de Março de 1993.

«OS MAIAS», DE EÇA DE QUEIROZ

UMA DAS OBRAS-PRIMAS DA LITERATURA PORTUGUESA

É um dos grandes “mestres” das Letras Portuguesas, e “escreveu” sobre os dias de hoje, já lá vão mais de 100 anos... Com uma obra absolutamente intemporal, parte dela foi deixada inédita à data da sua morte.



Há muitas coisas que Eça escreveu sobre a sociedade portuguesa do seu tempo que se aplicam ao momento em que vivemos, tendo sido sempre muito crítico para com as elites, o que não deixa de traduzir o seu amor ao torrão Lusitano. Eça seria, talvez, mais azedo, quando dizia que, há 100 anos, Portugal não tinha futuro, mas eis-nos ainda aqui, no mesmo registo...

Se fosse vivo, não se calaria em relação a um Portugal em crise e com profundos desequilíbrios. Um País que ainda não se libertou de um elemento que é quase endémico nos seus ciclos, a emigração, um elemento trágico

para qualquer país, sendo a prova de que não consegue oferecer, aos seus cidadãos, soluções de vida e de dignidade que estes anseiam.

Eça de Queiroz é o principal representante da Escola do Realismo em Portugal, sendo autor de alguns livros que provocaram escândalo na sua época, casos de «O Crime do Padre Amaro» e «O Primo Basílio». E todas as suas obras são marcadas pela crítica social e objectividade, mostrando a realidade da sua época sem idealizações.

«OS MAIAS»

O romance, em dois volumes e publicado em 1888 (com o sub-

título “Episódios da Vida Romântica”), é a melhor obra de Eça de Queirós e uma das obras-primas da Literatura Portuguesa. A primeira referência ao romance terá surgido numa carta ao seu editor, o francês Ernesto Char-dron (livreiro e editor que se fixou no Porto, onde fundou a Livraria Internacional, em 1869), como uma das obras a serem incluídas na série «Cenas Portuguesas» ou «Cenas da Vida Portuguesa», o que indica que a gestação do romance tenha durado cerca de 10 anos.

«Os Maias» ocupa-se da história de uma família ao longo de três gerações, centrando-se na última, apresentando dois planos

ROMANCES

- O Mistério da Estrada de Sintra (1870)
- O Crime do Padre Amaro (1875)
- A Tragédia da Rua das Flores (1878)
- O Primo Basílio (1878)
- O Mandarim (1880)
- A Relíquia (1887)
- Os Maias (1888)
- Uma Campanha Alegre (1890)
- A Ilustre Casa de Ramires (1897)

EDIÇÕES PÓSTUMAS

- A Correspondência de Fradique Mendes (1900)
- Dicionário de Milagres (1900)
- A Cidade e as Serras (1901)
- Contos (1902)
- Prosas Bárbaras (1903)
- Cartas de Inglaterra (1905)
- Ecos de Paris (1905)
- Cartas Familiares e Bilhetes de Paris (1907)
- Notas Contemporâneas (1909)
- Últimas Páginas (1912)
- A Capital (1925)
- O Conde de Abranhos (1925)
- Alves & Companhia (1925)
- Correspondência (1925)
- O Egipto (1926)
- Cartas inéditas de Fradique Mendes (1929)
- Eça de Queirós entre os seus (1949)

cruzados: o da intriga sentimental, com a história de amor incestuoso (com ingredientes trágicos) entre Carlos da Maia e Maria Eduarda, e o desdobramento dos amores infelizes entre Pedro da Maia e Maria Monforte; e o da crítica social.

Vincando nesta obra o conflito que o opunha ao País, Eça procede a um inquérito da sociedade portuguesa nos domínios do parlamentarismo (representado pelo Conde de Gouvarinho e por Sousa Neto); do meio cultural (satirizado no episódio do sarau no Teatro da Trindade); do jornalismo corrupto (encar-

nado por Palma Cavalão); das consequências da educação beata e provinciana (espelhada em Eusebiosinho); e do romantismo literário (tipificado em Tomás de Alencar). Já João da Ega, o inseparável amigo de Carlos, surge como o principal acusador dos males do País.

HONRAS DE PANTEÃO NACIONAL?

Nascido na Póvoa do Varzim (25 de Novembro de 1845), Eça de Queiroz desenvolveu a sua vida literária de alta qualidade (parte dela deixada inédita à data da sua morte) entre meados dos anos 1860 e 1900, quando, a 16 de Agosto, morreu em Paris.

Entrou para o curso de Direito em 1861, em Coimbra, onde conviveu com muitos dos futuros representantes da Geração de 70. Em 1871, proferiu a conferência «O Realismo como nova expressão da Arte», integrada nas Conferências do Casino Lis-bonense, e no mesmo ano iniciou, com Ramalho Ortigão, a publicação de «As Farpas», crónicas satíricas sobre a vida portuguesa.

Em 1872, iniciou a sua carreira diplomática, tendo sido cônsul em Havana, Newcastle, Bristol e Paris. Morreu na capital francesa, mas foi trasladado para Lisboa, onde o cortejo fúnebre – entre o desembarque no Terreiro do Paço e o cemitério do Alto de São João – foi acompanhado por milhares de pessoas.

Em Setembro de 1989, os restos mortais foram trasladados para uma sepultura familiar no cemitério de Santa Cruz do Douro, em Baião, rejeitando então a família uma proposta do Estado de o sepultar no Panteão Nacional.

E a toada recente que se começa a fazer sentir por mais uma transladação das ossadas de Eça para Lisboa não deixa de ser irónica e trágica, ao mesmo tempo... ■

A FECHAR

ELEIÇÕES LEGISLATIVAS ANUNCIADAS PARA 10 DE MARÇO: O TEU VOTO DECIDE

Um novo rumo para o País está nas tuas mãos!

Os trabalhadores rejeitarão, nas urnas, as políticas de direita e os partidos responsáveis pelo empobrecimento geral do Povo, decidindo por uma mudança efectiva no País, que garanta a melhoria das condições de vida, mais direitos e a valorização de quem vive do seu trabalho e pensões.

O País precisa de uma política diferente da que tem sido seguida pelos sucessivos governos do PS e PSD/CDS (com a conivência da IL e do CH), que valorize realmente os salários e os trabalhadores, em particular os da Administração Pública, nas suas diferentes áreas da Saúde à Educação, da Acção Social à Cultura, do Desporto à Limpeza Urbana, em suma, às mais variadas áreas dos Serviços Públicos, que enfrente as injustiças e as desigualdades, e conduza Portugal ao desenvolvimento e ao progresso. Em vez de uma política orienta-



da para garantir lucros do capital – os cinco maiores bancos obtiveram, no primeiro semes-

tre, 11 milhões de euros de lucro por dia, e os 20 principais grupos económicos registaram

lucros diários de 25 milhões de euros –, Portugal precisa de assumir o aumento dos salários e os direitos dos trabalhadores como condição e objectivo de desenvolvimento.

CUMPRIR OS VALORES DE ABRIL

Em vez de baixas reformas e pensões, é preciso garantir o direito a envelhecer com dignidade. Em vez de subordinação às imposições do Euro, é preciso reforçar os Serviços Públicos e o investimento na Saúde, na Educação, na Cultura, no Desporto, em suma, nas Funções Sociais do Estado. Em vez de garantir os interesses da grande propriedade, da banca e da especulação, é preciso assegurar o direito à Habitação para todos. Em vez de insistir nas privatizações das empresas e sectores estratégicos, é preciso recuperar o seu controlo público. Em vez de insistir na fragilização crescente do Poder Local Democrático, através da transferência (anárquica) de competências do Estado para autarquias nas áreas da Saúde, da Educação, da Habitação e da Acção Social, o nosso país precisa da criação de um verdadeiro poder regional e de um verdadeiro reforço financeiro dos municípios.

Tanto que ainda há por fazer para que Portugal cumpra os valores da Revolução de Abril, e para que os trabalhadores e o Povo tenham direito a uma vida digna. ■

RESUMO DA LUTA

13 e 15 JULHO

Greve na RSU da FCC – Environment Portugal, Marco de Canaveses

24 JULHO

Greve dos Informáticos da Adm. Pública

3 e 6 AGOSTO

Greve na Parques Sintra – Monte da Lua, em Sintra

4 e 5 AGOSTO

Greve na CM Oeiras

4 a 7 AGOSTO

Greve na EMARP, em Portimão

24 AGOSTO

STAL assinalou o 48.º aniversário em Vagos, Aveiro

16 SETEMBRO

STAL participou na jornada nacional de luta em defesa e reforço do SNS

20 SETEMBRO

STAL realizou a IV Conferência Sindical em Corroios, Seixal

27 SETEMBRO

STAL marcou presença na acção de luta da Frente Comum para entrega da PRC2024 ao governo

27 OUTUBRO

Greve nacional da Adm. Pública

11 NOVEMBRO

Manifestações da CGTP-IN, em Lisboa e no Porto

